AGRICULTURA E INDÚSTRIA: O CASO DO TOMATE EM TAQUARITINGA, S.P.

FRANCISCO GRAZIANO NETO

Orientador: RODOLFO HOFFMANN

Dissertação apresentada à Escola
Superior de Agricultura "Luiz de
Queiroz", da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Economia Agrária.

PIRACICABA

Estado de São Paulo-Brasil
Outubro 1977

À

Tais, esposa e companheira

D E D I C O

À

Andrê e Daniel, meus filhos

O F E R E Ç O

A G R A D E C I M E N T O S

Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann, orientador desta Dissertação e sincero amigo que, pelo seu brilhantismo intelectual, deu apoio decisivo para a realização deste trabalho, principalmente em sua etapa final;

aos colegas do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal — UNESP, particularmente a José J. Gebara, Silvio P. Zamboni, e Argemiro O. Sousa, pelas constantes críticas e sugestões no decorrer do trabalho;

a Oriowaldo Queda, Ângela A. Kageyama, Marilda Yamamoto e, em particular, a Flávio A. Pinheiro, pela atenciosa leitura dos manuscritos;

a Geraldo S. de Barros e Fernando C. Perez, pelas críticas apresentadas na "mini-banca";

a Geraldo Geraldi e Schinechi Kamada, Eng^o-Agr^o Regionais de Taquaritinga e Monte Alto, respectivamente, pelo auxílio na coleta de dados;

a Otávio S. Gutierrez, grande amigo, que, com seu espírito crítico, em muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho;

a D. Ercy H. de Oliveira e Aparecido L. Cremonez pelos valiosos serviços de datilografia, em rascunho;

à Fundação Ford que, através de convênio com o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP, forneceu os recursos para a publicação desta Dissertação;

Resta acrescentar, como é praxe, que os acima mencionados nada têm a ver com os deméritos dessa Dissertação. Esses cabem exclusivamente ao autor que, com sua mania de independência intelectual e de não sujeição a linhas de pensamento pré-estabelecidas, acaba incorrendo em falhas como as que este trabalho possa encerrar.

Í N D I C E

	Página
RESUMO	1
1 - INTRODUÇÃO	3
2 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A TRANSFOR- MAÇÃO DA AGRICULTURA	17
3 - O PROBLEMA TEÓRICO DA EXTRAÇÃO DE EXCEDENTE ECONÔMICO	30
4 - TAQUARITINGA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E EVOLU- ÇÃO AGRÍCOLA	45
5 - A EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NA REGIÃO	68
6 - A AGROINDÚSTRIA DO TOMATE HOJE	89
7 - CONCLUSÕES	113
8 - SUMMARY	120
9 - BIBLIOGRAFIA CITADA	122

ÍNDICE DE TABELAS

TABELAS		Página
1	Área com café, percentagem da área total e número de trabalhadores ocupados - 1942 - Principais municípios da região Noroeste - SP.	50
2	Número e idade dos cafeeiros - 1942 - Principais municípios da região Noroeste, SP.	50
3	Produção de algodão em caroço - safra 1938/39 - Alguns dos principais municípios produtores do Estado de São Paulo	54
4	Evolução da quantidade colhida dos principais produtos agrícolas do município de Taquaritinga, SP.	56
5	Evolução da área plantada e do número de produtores para os principais produtos em Taquaritinga, SP., 1959 e 1970	59
6	Índices de concentração da posse da terra em Taquaritinga e região, comparados à outros locais	62
7	Evolução da produção de tomate em São Paulo e Pernambuco	69
8	Resultado econômico da cultura de tomate, segundo o sistema de plantio - SP. , safra de 1975/76	71

TABELAS	Página
9	Produção e industrialização do tomate, São Paulo, 1968/75 (1.000 toneladas) 72
10	Área colhida e produção de tomate no ano de 1955 - Vários municípios - SP. 79
11	Produção de tomate, em toneladas, nos municípios de Monte Alto e Taquaritinga - Década de 50 80
12	Evolução da produção de tomate no município de Taquaritinga, SP. 82
13	Produção total de tomate na Microregião Homogênea 612 - Serra de Jaboticabal - 1972 84
14	Produção de tomate em Taquaritinga, SP., por estrato de área total - 1972 85
15	Utilização das terras em Taquaritinga, SP. - 1950 , 1960 e 1970 87
16	Número de produtores e área plantada com tomate segundo a condição do produtor. Taquaritinga, SP. 1976 90
17	Produção de tomate entre os proprietários por estrato de área total. Taquaritinga, SP. - 1976 91

TABELAS		Página
18	Número de produtores de tomate por estrato de área com tomate. Taquaritinga, SP. - 1976	92
19	Áreas com outras culturas entre os proprietários produtores de tomate. Taquaritinga, SP. - 1976	94
20	Origem da assistência técnica aos produtores de tomate - Taquaritinga, SP. - 1976	97

RESUMO

A preocupação fundamental deste trabalho é a análise das relações entre o setor industrial e o agrícola no Brasil. Mais especificamente, estudamos as relações entre a indústria processadora de tomate e os produtores rurais de tal matéria-prima na região de Taquaritinga, SP.

Na primeira parte do trabalho, fazemos algumas colocações sobre o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura num país periférico como o Brasil, e uma vez que o nosso objetivo é apreender como parte de um excedente econômico gerado no âmbito da produção agrícola é transferido para o setor não-agrícola da economia, mormente para as indústrias que se colocam a jusante da produção de matérias-primas, fazemos também uma discussão teórica sobre excedente econômico e as formas de sua transferência para o setor indus -

trial.

O suporte teórico no qual estamos embasados deriva da teoria marxista, em que se considera que excedente é trabalho não-pago, ou trabalho excedente, cuja apropriação assume a forma de mais-valia numa sociedade capitalista.

Após um levantamento histórico da economia agrícola e do desenvolvimento da agroindústria do tomate a nível regional, entramos em maiores detalhes na análise dos vínculos existentes entre os produtores rurais e as fábricas processadoras, verificando que essa vinculação reflete uma relação de dominação-subordinação entre os dois setores.

Percebemos que é ao nível das relações de mercado que pelo menos parte do excedente agrícola é transferido para o polo industrial. Dado o fato deste último constituir-se como um oligopsônio, enquanto a produção agrícola é pulverizada, a indústria impõe a sua razão sobre a agricultura. As possibilidades da usurpação efetuada sobre os produtores encontram um limite no ponto em que os mesmos desistam da produção agrícola, pois a indústria ficaria tolhida do fornecimento da matéria-prima, já que não a produz.

A conclusão geral a que se chega é que a agricultura, por ser um suporte da acumulação global do sistema econômico, deixa de ter uma dinâmica própria, sendo, até certo ponto, manipulada de acordo com as necessidades da reprodução do capital no setor industrial da economia.

1 - INTRODUÇÃO

A preocupação inicial deste trabalho deriva de uma temática mais geral que tem como centro de análise apreender a maneira pela qual a agricultura brasileira relaciona-se com o todo da economia capitalista de nosso país, ou mais especificamente, de como a agricultura contribui para a acumulação de capital do sistema produtivo instalado. Em última instância, pois, a preocupação é com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção no Brasil, especialmente sua realização na agricultura.

Vários trabalhos, relativamente recentes, têm enfocado essa problemática, mostrando-nos que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil apresenta certas particularidades que configuram uma situação diferente daquela encontrada nos países de desenvolvimento capitalista originário.

Essas especificidades dizem respeito à sobrevivência ou manutenção de determinadas relações de produção, assim como formas de trabalho a elas associadas, que se configuram como capitalistas atípicas. De acordo com SILVA (1976_a : 27), "é importantíssimo não desconhecê-las, isto é, não desconhecer as suas especificidades, pois é através do seu estudo que podemos conhecer as especificidades das contradições do capitalismo na agricultura brasileira, indispensável ao conhecimento do capitalismo no Brasil".

DUARTE e QUEDA (1974:91-92), discutindo a questão da agricultura de subsistência, afirmam que "É essa maneira pela qual o sistema repõe nas suas margens (internas, à beira da grande exploração, ou externas, na fronteira agrícola) formas de exploração não capitalistas, que precisa ser esclarecida. Mais do que isso: a reposição dessas formas liga-se ao processo de acumulação (ou constitui um momento desse processo) no sistema global e pode configurar uma especificidade desse sistema".

O ponto de partida para os estudos a que estamos referindo, inclusive do que se esboça nessas linhas, diverge fundamentalmente do "approach" freqüente, que tem enxergado a agricultura como entrave ao desenvolvimento nacional, principalmente pelo fato dela apresentar um setor tradicional, em oposição ao setor moderno, que freia as possibilidades de sua expansão, conflitando com o desenvolvimento dos outros setores da economia. Essa linha de análise leva portanto a afirmar a

necessidade da modernização do setor tradicional, ou a necessidade de corrigir as deformações do setor agrícola, para que o mesmo tenha condições de contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico do país.

Por detrás dessa análise está a concepção de que a saída da situação de subdesenvolvimento nacional deve ser buscada na eliminação das deformações existentes, principalmente na agricultura. O processo de desenvolvimento é subentendido como a reprodução das fases ou etapas pelas quais passaram as economias mais maduras, hoje desenvolvidas.

Rompendo com os esquemas funcionalistas e dualistas, têm-se procurado estudar as questões da agricultura brasileira dentro da ótica da acumulação de capital, em que se enxerga o setor agrícola não como entrave ao desenvolvimento, mas como suporte importante para a acumulação de capital no setor industrial.

Esse rompimento significa, em última instância, reconhecer que o desenvolvimento histórico de qualquer sistema de produção, no caso, o capitalista, não se dá linearmente, ou seja, não reproduz as mesmas fases pelas quais passou em outros países, fundamentalmente porque as condições em que se processa a sua reprodução são diferentes.

SINGER (1973:68) , analisando o processo de desenvolvimento capitalista dentro da economia brasileira, coloca que, em lugar algum, o sistema capitalista expandiu-se no vácuo, e que essa expansão se dá às custas dos vários modos de produção

pré-capitalistas que ainda subsistem nos países nos quais ele se impõe como dominante. No que toca ao Brasil "... o mesmo processo tende a se repetir, mas com duas diferenças fundamentais: 1) tendo-se iniciado muito mais tarde, o nosso processo de desenvolvimento é contemporâneo de economias capitalistas maduras, que nele intervêm pesadamente, dando-lhe características próprias ; 2) dada a grande extensão territorial do país, o excedente de população criado pela expansão capitalista (...) tende a reproduzir, no interior do país, as formas pré-capitalistas que estão sendo aniquiladas nos centros mais dinâmicos da economia. Isto dá ao processo de desenvolvimento capitalista um caráter recorrente * que ele não apresenta em outros lugares".

Isso nos leva a que o subdesenvolvimento, além de ser um processo histórico, é um produto, uma criação do próprio desenvolvimento. Não só não há uma oposição entre os setores chamados tradicionais (que configuram a situação de subdesenvolvimento) e os modernos, como, pelo contrário, existe "... uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' " , nas palavras de OLIVEIRA (1974:9) .

Diz LOUREIRO (1977:128) que "A partir dessa ótica, novos problemas são colocados, tais como 'colonialismo interno'

(*) O grifo é nosso.

entre indústria e agricultura, reprodução de relações não capitalistas, etc., e antigas questões são redefinidas, como se pretendeu fazer (...) com a parceria, isto é, tratando-a como uma relação de produção não capitalista reproduzida pelo movimento de acumulação de capital e não como um arcaísmo que entrava o desenvolvimento capitalista".

Esse "colonialismo interno" entre setores de uma economia a que se refere LOUREIRO é a temática geral deste estudo.

Nossa preocupação específica é analisar as relações entre agricultura e indústria no Brasil, atentando para a determinação dos vínculos que se estabelecem entre os dois setores, que permitem que o excedente econômico gerado seja apropriado pelo capital industrial, favorecendo o processo de acumulação de capital no setor industrial.

Em outras palavras, objetiva-se analisar de que maneira o excedente gerado no âmbito da produção agrícola transfere-se para o setor industrial. Escapam portanto de nossa preocupação específica as condições de acumulação, ou de realização desse excedente, em um setor ou outro. É claro que na medida em que haja essa transferência de excedente, as possibilidades de acumulação de capital na agricultura ficam prejudicadas, levando inclusive a ameaçar a própria existência da acumulação de capital por parte dos produtores agrícolas. Entretanto, a verificação empírica dessa questão — feita necessariamente através do estudo da contabilidade agrícola — foge aos objetivos deste trabalho.

Optamos pelo estudo de caso como método de investigação científica por entendermos que tal metodologia de estudo é mais adequada, uma vez que, dados os objetivos a que nos propusimos, não tínhamos muita preocupação com a análise quantitativa ou com a representatividade estatística, mas sim com o aspecto qualitativo, em que o aprofundamento no problema em estudo era condição fundamental para a compreensão do mesmo.

Não se trata aqui de discutir em pormenores a metodologia escolhida. O caráter científico do procedimento se explicita, como coloca MARTINS (1973:40) , "não pela generalização empírica e probabilística, mas pela generalização que se alcança desvendando como o caso se configura a partir das mediações que estruturam a totalidade concreta, isto é, rebatendo o fenômeno e o conhecimento para a sua concreticidade".

Na pesquisa empírica propriamente dita, analisamos as relações entre as fábricas de processamento de tomate e os produtores rurais desse produto no município de Taquaritinga, Estado de São Paulo. Além dos constantes contatos pessoais mantidos com os produtores rurais e com os representantes da indústria, necessários para adquirir-se uma maior vivência com o problema em estudo, recorreu-se ao levantamento de dados primários através de questionários. Apesar de objetivar-se entrevistar a totalidade dos produtores de tomate, foi possível fazê-lo com 56 dos mesmos. Posteriormente foram incluídos outros 15 produtores, dos quais se dispôs somente de dados sobre área plantada com tomate e regime de posse, totalizando 71 produto-

res, com quase certeza o número total do município.

O caso do tomate nos parece um excelente exemplo para estudo. A instalação das fábricas processadoras incentivou sobremaneira o plantio do tomate no município, ao ponto de Taquaritinga ser considerada a "Capital do Tomate", sendo, na época do auge da cultura, o município de maior área plantada com tomate no mundo. Hoje, entretanto, a cultura do tomate restringe-se a uns poucos agricultores, e o volume da produção está reduzido em quase 80% , segundo dados do IEA (1976).

Nossa primeira preocupação era tentar determinar porque, num dado momento, as fábricas de processamento do tomate se instalaram no município.

Após a instalação da indústria e o consequente estímulo à produção do tomate, interessou-nos captar os vínculos que se estabeleciam entre a indústria e os produtores rurais, tendo como premissa que esses vínculos refletiam as relações de dominação-subordinação entre os setores, enxergados não como setores "abstratos", mas sim vendo por detrás desses setores conflitos de classes que os representam. Por fim tratava-se de explicar o declínio da produção do tomate no município, relacionando tal fenômeno com os pontos acima colocados.

Muitos foram os problemas enfrentados no desenrolar da pesquisa, e sua superação nem sempre fácil e imediata. O primeiro deles, situado ao nível mais material, diz respeito à coleta de dados secundários. Não tanto pela sua disponibilidade ou existência, mas principalmente pela confiabilidade dos da

dos encontrados.

Sentimos bastante a dificuldade da realização de uma pesquisa em que se necessite retroceder no tempo. Os dados disponíveis são desencontrados, tornando difícil a comparação quando dela se necessita. A superação dessas dificuldades é conseguida na prática da pesquisa, onde a conversa informal com determinadas pessoas aparece como elemento bastante importante.

Outro problema, esse situado a um nível mais abstrato, é portanto de mais difícil discussão, diz respeito à metodologia de pesquisa, entendida aqui no sentido de como levar adiante um estudo que se tem em mente, a sua realização prática, o seu desenrolar.

É ponto pacífico que qualquer pesquisa se inicia no momento em que se definem os marcos conceituais ou o campo teórico com que se pretende trabalhar.

A definição desse campo teórico exige o conhecimento de uma certa referência bibliográfica, que dá a formação intelectual geral do pesquisador. A escolha do "problema" a ser estudado não deixa de ser influenciada, e mesmo determinada, por essa formação intelectual anterior e pelos valores que o cientista adquire na sua formação.

Por maior esforço que faça, é impossível o pesquisador livrar-se da influência desses valores. GOLDMANN (1967: 19), coloca assim a questão: "O trabalho de pesquisa científica necessita liberdade e independência em fase de toda inge

rência estrangeira. Do mesmo modo, exige do pesquisador, não a renúncia de toda ideologia, mas que faça todos os esforços de que é capaz para subordiná-la, no decorrer de seu trabalho, à realidade dos fatos estudados".

Não existe porém questão fechada quando se trata do modo como se relacionam ou se articulam a teoria e a pesquisa num caso concreto.

A pesquisa acadêmica formal tenta estabelecer fases nesse relacionamento — a concepção verificacionista da ciência — donde, a partir da teoria, é deduzida uma hipótese, tendo a pesquisa como finalidade testar a hipótese elaborada e, conseqüentemente, a teoria que lhe serviu como ponto de partida. Num esquema desse tipo, como coloca D'INCAO e MELO (1975: 18-19) , "a teoria é o início e o fim do processo cognoscitivo. O resultado é a elaboração de um conhecimento que não reflete a realidade, uma vez que esta passa a ser explicada através de princípios gerais e abstratos".

No processo do conhecimento científico é possível perceber-se dois procedimentos distintos, cuja diferença reside, em última instância, no objetivo da pesquisa, no seu caráter, que pode ser diferenciado em dois níveis: o primeiro, em que a pesquisa tem como objetivo o teste de uma teoria pré-estabelecida.

Nesse caso não há, de um modo geral, qualquer preocupação que não seja a teoria, que é o fim último do estudo. Num esquema desse tipo, a realidade quase que somente tem serventia

no sentido de um "locus" por onde perpassa a teoria em busca de comprovação empírica. Muitas vezes ocorre uma inversão da ordem das coisas: em vez de se adaptar a teoria à realidade, esta é que sofre adaptações para a teoria ser aplicada com sucesso. Como coloca PRADO JR. (1972:64) : "... em vez de partir da análise dos fatos a fim de derivar daí os conceitos com que se estruturará a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo da teoria e dos conceitos, que se buscam em textos consagrados e clássicos, para em seguida procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teorias".

O segundo nível é aquele em que se busca, através de pesquisa, o entendimento de uma realidade concreta. O fim último do estudo não é uma teoria qualquer, mas sim a percepção dos determinantes essenciais da realidade que se procura desvendar. O papel que a teoria exerce num estudo desse tipo, e mais que isso, a interrelação entre a teoria e a pesquisa propriamente dita, é substancialmente diferente do caso anterior.

Nesse caso, como afirma D'INCAO e MELLO (1975:18) , "... a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta e antecipa a pesquisa ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento".

A teoria não é pois nem início nem fim do processo cognoscitivo. Este pressupõe um movimento de ida e vinda entre teoria e pesquisa, em que cada novo fato observado provoca uma volta ao conhecimento anterior, obrigando o seu questiona -

mento e sua complementação, e a partir disso, uma nova volta à realidade. É somente dessa maneira que se atinge a essência dos fenômenos, que se compreende a realidade total.

Ao contrário do conhecimento sistemático, o pensamento dialético parte do princípio de que o conhecimento humano se processa num movimento recursivo, em espiral. Segundo KOSIC (1976:15) , "A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a 'coisa em si' e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade". E mais adiante: "se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade, e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade" (pp 41-42).

Quando se procura compreender uma determinada realidade, o processo de pesquisa é de difícil esquematização, ao contrário da pesquisa que se pauta pelo teste de hipóteses previamente formuladas para verificação. O próprio objeto de investigação vai sendo construído gradualmente, à medida que o trabalho se desenvolve. A lógica causal contrapõe-se a "lógica da descoberta".

Tais colocações podem causar espécie àqueles acostumados ao raciocínio lógico-formal. KAPLAN (1969:13) diz que "Nos seus piores momentos, o lógico empolga-se tanto com realçar o poder e a beleza de seu instrumento, que perde de vista o material com o qual deve trabalhar. Nos seus melhores momentos, ele se prende a um discutível platonismo: a maneira a adequada de analisar e compreender alguma coisa é referi-la a sua forma ideal, ou seja, a uma forma abstraída de qualquer envolvimento concreto. É um caminho, mas não o único ; e acho-me longe de estar convencido de que seja sempre o melhor".

A preocupação excessiva com "questões de método" tem trazido problemas no processo de conhecimento científico. É ainda KAPLAN (1969: 28) quem adverte: "Esforço excessivo pode ser desviado de problemas básicos para problemas metodológicos levando-nos a aperfeiçoar continuamente a maneira de fazer alguma coisa, sem nos aproximarmos jamais de realizá-la sequer imperfeitamente".

Essa orientação metodológica dada à pesquisa é importante que se diga, não foi determinada "a priori". Aconteceu porém, que a prática da pesquisa mostrou-nos a necessidade de romper com a esquematização inicial, visto o caráter que assumia o estudo. À medida que se aprofundava o contato com a problemática em questão, iam aparecendo novos pontos não considerados inicialmente e que se mostravam importantes. Ultra - passou-se em muito o esquema original que se mostrava insuficiente para o completo atendimento da realidade que se propu -

nha desvendar.

É nesse sentido que colocamos a impossibilidade do pré-estabelecimento do andamento da pesquisa. Parta-se ou não de uma hipótese, é somente o contato mais profundo com o problema que vai estabelecendo os rumos que se deve seguir. Nesse procedimento, o corpo teórico inicial vai sendo continuamente complementado, repensado e ajustado à realidade que se está desvendando.

Não se trata de negar o papel da teoria no desenrolar do trabalho. Não resta dúvida de que o conhecimento teórico é de fundamental importância em qualquer pesquisa. O que se pretende é salientar a importância prática. Mais que isso, da relação dialética entre teoria e prática numa pesquisa. Assim, ao mesmo tempo que se evita o espontaneísmo, o teoricism^o também é descartado, surgindo a verdadeira ciência, que não admite verdades eternas e estáticas.

Esse contínuo movimento do conhecimento científico dá mostras de ser interminável, e na verdade o é, uma vez que a própria realidade concreta existe em contínuo movimento.

Resta, nessa introdução, adiantar algo sobre o conteúdo do trabalho.

O segundo capítulo da dissertação trata em linhas gerais da transformação pela qual passa a agricultura com o desenvolvimento do sistema capitalista, principalmente nos países que ficaram à margem do processo de desenvolvimento capitalista originário. Nesses países, como o Brasil, que apresen-

tam um passado colonial, a transformação da agricultura apresenta certas particularidades importantes, sobre as quais fizemos algumas referências e que contribuem para o melhor entendimento dos Capítulos 5 e 6 , que tratam, respectivamente, do desenvolvimento da agricultura regional de Taquaritinga e da evolução da agroindústria do tomate na região estudada.

No terceiro Capítulo fizemos uma discussão conceitual sobre excedente econômico e tentamos caracterizar três formas pelas quais o excedente gerado no setor agrícola se transfere para o setor não agrícola da economia. Essa caracterização nos pareceu relevante porque salienta, de um lado, as condições da produção agrícola, e portanto do excedente econômico , e, de outro, o nível de dominação que o capital industrial exerce sobre o setor agrícola.

No sexto capítulo, estudamos a agroindústria do tomate tal como ela se apresenta no momento no município de Taquaritinga, tentando apreender como é gerado o excedente e quais os artifícios usados pelo capital industrial para apoderar-se de parte desse excedente.

2 - O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA

Um dos aspectos da história do desenvolvimento do sistema capitalista é a história da subordinação da agricultura à indústria, vale dizer, ao capital industrial. Essa idéia expressa não só um ponto de partida para uma investigação que se pretenda realizar, mas principalmente o reconhecimento da hegemonia do capital, enquanto relação social que se reproduz, sobre as formas de produção anteriores, pré-capitalistas portanto.

A dinâmica do processo produtivo encontra-se, antes da afirmação do novo modo de produção, basicamente na agricultura, mesmo porque a separação entre o campo e a cidade é incipiente nessa época. A partir do desenvolvimento do sistema capitalista, essa separação campo-cidade dá-se com maior vigor, provocan

do uma mudança qualitativa na função dessa última: de um simples "locus" de onde se exercia a dominação política da sociedade, as cidades transformam-se cada vez mais na base econômico-produtiva da sociedade, não perdendo, é lógico, mas fortalecendo o papel político que exerciam.

Segundo SINGER (1972: 4-5) , "A cidade, para subsistir, tem de dominar o campo, para dele extrair um excedente. Este domínio pode ser político, incluindo-se neste conceito a dominação ideológica (...). As oferendas dos camponeses asseguram, nestas circunstâncias, a vida da cidade. Ou então, cria-se uma autêntica interdependência entre campo e cidade. Neste caso, que só se configura como regra geral de relacionamento entre campo e cidade a partir da Revolução Industrial, a divisão de trabalho entre campo e cidade se define a partir da dinâmica da economia urbana (...) . Não é demais, portanto, falar de uma dominação do campo pela cidade, dominação esta que se torna mais completa quando ao seu aspecto político se agrega o econômico".

Antes, a agricultura era o setor produtivo por excelência. Não só no que dizia respeito à produção de gêneros agrícolas básicos à população, mas também àquelas atividades complementares à atividade principal, a manufatura doméstica. Nesta, produziam-se artigos também de subsistência, como vestuário, etc., apresentando entretanto uma diferença fundamental com as atividades agrícolas: a terra, meio de produção indispensável à essas últimas é escassamente utilizada na manufa

tura. Essa diferença, bastante óbvia, é importante para o entendimento das transformações que se farão na antiga ordem productiva. A incipiente indústria doméstica rural vai paulatinamente transformando-se até culminar em atividades quase que exclusivas da população ocupada nas cidades. Com a crescente separação entre a cidade e o campo, acentua-se igualmente a divisão social do trabalho. Em última instância, essa divisão do trabalho é fundamentada na disponibilidade de meios de produção em um local e outro. Assim, as atividades urbanas são aquelas nas quais o uso do fator terra é dispensável, ou seja, no urbano desenvolve-se a indústria manufatureira.

É nessa última onde primeiramente têm lugar as transformações advindas da emergência do modo capitalista de produção. As técnicas produtivas são continuamente revolucionadas, culminando na transformação das antigas manufaturas em grandes indústrias capitalistas. O processo de industrialização ocorre "pari passu" com a urbanização, e a divisão social do trabalho é cada vez mais intensa, levando a uma separação total entre cidade e campo.

Em determinado momento do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, as relações de produção que lhe são típicas começam a fazer-se presentes também na agricultura. A introdução de relações capitalistas na produção agrícola obedece às próprias necessidades do sistema que se expande. Como explica GARCIA (1976_a:5-6) : "... com a divisão do trabalho (campo-cidade) alarga-se o comércio e incentiva-se a produção de

mercadorias ; com a industrialização e a urbanização em larga escala é aumentada a demanda de alimentos por parte da população urbana em constante crescimento, aumentando o preço dos produtos agrícolas, estimulando o aproveitamento das terras de forma mais intensiva e mais produtiva, o que permite baixar-se os preços dos produtos que entram na reprodução da força de trabalho, que servem de matéria-prima industrial e ainda aumenta o poder da competição no mercado externo. Aumenta-se o tamanho das plantas de fábricas processadoras de produtos agrícolas, estimulando-se a grande produção também no campo. E há ainda a constante demanda industrial por força de trabalho, que haverá de ser suprida pelo campo”.

A produção sofre uma enorme transformação. Suas antigas técnicas produtivas são aprimoradas, substituídas por técnicas modernas e mais eficientes. A produção é organizada de forma mais racional. Todas as antigas condições são modificadas, dando lugar à organização tipicamente capitalista da agricultura.

Essas transformações não são suaves e indolores para os representantes da antiga ordem social. Pelo contrário, sobre um contexto de acumulação primitiva de capital, os meios pelos quais são geradas as condições para o desenvolvimento capitalista são cruéis. O núcleo do processo é a expropriação do camponês de seus meios de produção, para que lhe reste somente a força de trabalho, e assim, ter de vendê-la para continuar subsistindo. Segundo GARCIA (1976_p:3) esse processo caracteri -

za-se, fundamentalmente, "... pela negação das condições objetivas de realização do trabalho independente, não sendo portanto, uma expropriação de excedentes. Expropriam-se os meios de produção como condições necessárias para a posterior expropriação do excedente como forma de incrementar (mais-valia) os meios de produção apropriados concentrada e privadamente e em busca de valorização (capital)".

Através dessa expropriação, criam-se duplamente as condições da expansão do modo capitalista de produção: de um lado, a apropriação de uma parcela do trabalho empregado na produção de mercadorias, e de outro a possibilidade da realização desse trabalho excedente — diga-se mais-valia — em novo capital, já que, com a destruição da antiga estrutura produtiva, destroem-se também as condições da existência da indústria doméstica, criando-se um mercado no qual penetrarão cada vez mais as mercadorias produzidas nas modernas indústrias.

Quando se pensa esse quadro teórico no caso do desenvolvimento capitalista brasileiro, ou de qualquer outro país em condições semelhantes às do Brasil, deve-se levar em conta as condições particulares em que se dá a expansão capitalista. O esquema geral não se modifica, mas a ele devem ser acrescentados determinados aspectos que se configuram como importantes para a melhor compreensão do problema.

O Brasil não teve um passado pré-capitalista idêntico ao dos países da Europa Ocidental, origem e palco da Revolução Industrial do Século XVIII. A falta desse passado histó-

rico, juntamente com as condições em que se deu a colonização, e conseqüentemente, a formação de nossa base econômica, levam a uma série de "distorções" se comparadas ao modelo clássico do desenvolvimento do capitalismo.

É necessário termos em mente que nosso processo de industrialização é relativamente tardio, e até certo ponto, precedido pela urbanização. As cidades brasileiras, até pelo menos o início desse século, eram pouco industrializadas. Nelas se exercia o poder da oligarquia rural brasileira, comprometida com a produção agrícola de gêneros exportáveis e preocupada com a manutenção de sua hegemonia política na sociedade brasileira. De qualquer maneira, os núcleos urbanos formavam um mercado interno que era suprido em geral por produtos industriais importados.

Com a transformação da cidade, ela passa agora a tornar-se produtiva, e a partir de então a divisão de trabalho entre cidade e campo torna-se mais acentuada. Mas, de acordo com SINGER (1972:25) , "... essa divisão estava fundamentalmente viciada pelas relações de exploração pré-existentes. Os mecanismos pelos quais a cidade extraía o excedente alimentar no campo, sob a forma de tributos, remuneração por serviços de intermediação (lucros comerciais e juros) e renda da terra, mecanismos herdados do período colonial e aperfeiçoados após a independência, não foram abolidos de uma vez pela industrialização. Dessa maneira, a contra-partida de produtos industriais oferecidos pela cidade em troca do excedente alimentar obtido

no campo tendia a ser muito pequeno basicamente devido ao reduzido poder aquisitivo da população rural. Só num estágio muito mais avançado de industrialização, quando a cidade cresce a taxas elevadas, expandindo aceleradamente sua demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas ou extrativas, é que as velhas formas de exploração do campo são parcialmente abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso ao mercado uma agricultura capitalista, cujos produtos alcançam preços que cobrem seus custos e proporcionam ao capital taxas adequadas de lucro".

A industrialização deu-se, assim, quase que à margem do campo. A indústria rural, ainda relativamente forte na agricultura, impedia a formação de um mercado rural a ser atendido pelas mercadorias produzidas pelo setor industrial. Por outro lado, a esse não interessava o mercado interno rural, pois as possibilidades de acumulação eram bem maiores no mercado constituído pelas classes de altas rendas existentes nas cidades. Segundo OLIVEIRA (1974:19), "A indústria, como tal, nunca precisou do mercado rural como consumidor, ou melhor dizendo, nunca precisou do mercado rural para viabilizar-se. (...) A orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia ...".

Do lado da agricultura propriamente dita, vemos que as condições para a expansão do sistema capitalista também são dificultadas em nosso caso. Nossa condição de colônia de exploração, com uma utilização importante de mão-de-obra escrava, retardou o desenvolvimento do capitalismo. A Outorgação da Lei de Terras em 1850 é tido como um importante marco no sentido da transformação das terras em equivalente de mercadoria. Entre outras coisas, essa lei regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovia a legitimação das que haviam sido ocupadas e proibia as aquisições de terras senão por compra. É certo que não foi a lei em si que estabeleceu a propriedade capitalista da terra, mas é inegável a importância da Lei de Terras de 1850 nessa transformação. Ao mesmo tempo que a lei regulariza institucionalmente uma situação já existente de fato — no caso o caráter capitalista da propriedade da terra, ela contribui para a criação de condições que asseguram essa situação.

Porém, ainda por muito tempo o sistema capitalista encontrava obstáculos para se afirmar como tal. A própria dificuldade de fiscalização do imenso território brasileiro, com vistas ao cumprimento da Lei de Terras é um aspecto a ser considerado. A farta disponibilidade de terras desocupadas no Brasil tornava na prática a lei ineficaz, o que permitia a instalação de ocupantes ou posseiros que constantemente tendiam a reproduzir relações não capitalistas de produção. Desse processo de ocupação é que resulta parte da infinidade de peque -

nos proprietários e outras categorias existentes no meio rural brasileiro. Se a esse problema juntarmos o fato da existência do regime do colonato, que perdurou durante uma grande fase de nossa agricultura, percebemos que a expropriação dos meios de produção daqueles que os trabalham, fundamental para a posterior expropriação do excedente, razão de ser do sistema capitalista, é dificultada em nosso caso concreto. Segundo BRANT (1975:107) , "A possibilidade de se reconstituir a pequena produção, a partir do excedente de força de trabalho originado do próprio desenvolvimento do capitalismo, está presente sempre que haja um grau insuficiente de utilização plenamente capitalista da terra. Tal é a natureza dos pequenos cultivos de subsistência que surgem nos interstícios da grande produção agrícola em vários países".

Entretanto isso não impediu, como observa GARCIA (1976_b:5) "... que houvesse acumulação de capital no Brasil. E esta acumulação se deu a partir da subordinação de formas não capitalistas de produção aos interesses do capital. Sem dúvida alguma, esta não é a maneira própria do capital se reproduzir, mas estas maneiras passam a ser as únicas viáveis, numa certa etapa histórica, enquanto o capital não tem força suficiente para conquistar a própria produção introduzindo as relações sociais que lhe dão conteúdo".

Tais considerações devem ser levadas em conta quando se pensa no desenvolvimento capitalista brasileiro especialmente no que diz respeito a sua expansão na agricultura. Essa ex

pansão mostra-se hoje bastante desigual. Há setores em que as possibilidades de acumulação, por serem maiores, levaram a uma preponderância das relações capitalistas de produção. Nesses setores, a subordinação da agricultura ao capital é total. Em outros setores entretanto, o desenvolvimento das relações capitalistas mostra-se incipiente, lento. Isso não significa entretanto, que o capital não domine a agricultura. Só que essa dominação se faz de forma indireta.

Esse é um dos pontos da problemática do relacionamento entre agricultura e industrialização no Brasil, uma vez que a existência e manutenção desses padrões de produção aparentemente não capitalistas na agricultura brasileira chegam a configurar uma situação de "atraso rural". Pois bem, MARTINS (1975:39) , analisando o problema da modernização agrária e industrialização no Brasil, afirma que "A situação agrária, tal como foi descrita, não constitui uma 'aberração' ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização".

O que se depreende da citação acima é que, se de fato a agricultura configura uma situação de "atraso", esse não existe por uma questão de resistência à mudança, mas sim porque o desenvolvimento industrial brasileiro necessita que assim seja.

Aliás, é baseado nesse distanciamento que se tem pensado a economia brasileira como dualista. Mas, como muito bem coloca OLIVEIRA (1974:19-20), "... não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores — agricultura e indústria — estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, (...) tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia (...). Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil".

A presença de relações de produção não tipicamente capitalistas deve portanto ser explicada como sendo o resultado de uma determinada forma de dominação do capital. A existência dessas relações tem dado margem à análises que privilegiam a agricultura tradicional no contexto da agricultura brasileira, realçando a importância da existência de relações não tipicamente capitalistas no meio rural.

DUARTE e QUEDA (1974:95), por exemplo, colocam que "... ao mesmo tempo que se costuma produzir a baixíssimos níveis de produtividade e se configura uma situação de miséria da população aglomerada no minifúndio, a 'superpopulação' é necessária para manter baixo o nível de remuneração da força de trabalho agrícola, e, indiretamente, da força de trabalho não agrícola, elevar a renda territorial, permitir a extração dire

ta de excedente sem variações profundas ante rebaixamentos dos preços dos produtos agrícolas e manter abastecidas as cidades. Enfim, trata-se de atender às necessidades de acumulação no campo e na cidade".

Essa "funcionalidade" da agricultura tradicional não significa — é importante frisar — que o sistema capitalista se submeta às formas de acumulação existentes na agricultura a tê então, ou que o capitalismo não se torne hegemônico na sociedade como um todo, já que as relações de produção que lhe são típicas não se generalizam. Basta citar BRANT (1975:110): "Acreditar que uma formação social só se define como plenamente capitalista a partir da generalização do trabalho assalariado e da concentração e centralização do capital em todos os ramos da produção é uma suposição algo simplista. Se a própria lógica do desenvolvimento capitalista supõe essa generalização, extensiva no limite (...), o desenvolvimento histórico concreto não obedece em parte alguma a essa 'lógica' linear. O desenvolvimento do capitalismo significou em todos os países o movimento contrário entre seus pressupostos e suas consequências (...). Assim, a dominância do modo de produção capitalista não significa que as relações típicas do capitalismo mais avançado sejam generalizadas ou quantitativamente predominantes. Tampouco significa que a articulação entre as diversas formas de produção se faça de modo harmônico, ou 'funcional'. A contradição e a reposição necessária de forma 'atípicas' são uma marca do desenvolvimento do capital em toda parte".

A questão da articulação de diversas formas produtivas para a acumulação capitalista não se esgota ainda nesse ponto. BRANT (1975:117) faz uma observação essencial: "Se é importante determinar como a acumulação se dá em uma variedade de formas específicas, é também importante verificar como essas formas não são apenas um produto do desenvolvimento histórico do capitalismo, mas também um obstáculo ao seu desenvolvimento ulterior".

Essa questão nos parece de extrema importância na problemática da "funcionalidade" da agricultura atrasada, uma vez que nos permite enxergar a agricultura tradicional não como uma solução para as contradições do sistema capitalista, mas sim como um aspecto dessas mesmas contradições, geradas pelo movimento do capital.

3 - O PROBLEMA TEÓRICO DA EXTRAÇÃO DE EXCEDENTE ECONÔMICO

O problema da extração, pelo setor industrial, de um excedente econômico gerado no âmbito da produção agrícola, nos parece o ponto essencial na problemática agricultura-indústria, uma vez que o mesmo é o determinante fundamental dos aspectos que a questão envolve. Para os fins de nosso trabalho, discutiremos mais especificamente a extração de excedente pela indústria, ou o capital que ela representa, que processa diretamente a matéria-prima produzida pela agricultura.

Convém, de início, definir algumas categorias conceituais com as quais vamos trabalhar. O conceito de excedente aqui utilizado difere substancialmente do utilizado pela análise marginalista, que identifica excedente econômico com poupança, ou seja, um não-dispêndio da renda gerada, cuja magnitude

é resultado de um comportamento subjetivo, e determinado sempre a posteriori.

O conceito por nós utilizado é aquele derivado da teoria marxista. De acordo com MARX (1975_a:241-242) , "... o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. Produzindo ele num sistema que se fundamenta na divisão social do trabalho, não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor (...) igual ao valor dos seus meios de subsistência ou ao dinheiro com que os compra (...). Chamo de tempo de trabalho necessário essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução (da força de trabalho), e de trabalho necessário o trabalho dispendido durante esse tempo (...). O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais-valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. A essa parte do dia de trabalho chamo tempo de trabalho excedente e ao trabalho nela dispendido, trabalho excedente".

A forma, como o trabalho excedente é extraída do produtor direto (do trabalhador), distingue por si só as diversas formações econômico-sociais. No regime do feudalismo, por exemplo, o trabalho excedente aparece na corvêia, e, inclusive , o trabalho necessário encontra-se claramente separado do traba-

lho excedente. O primeiro é efetuado no próprio terreno do camponês, enquanto o segundo é realizado nas terras pertencentes ao senhor feudal. Já na sociedade capitalista, a forma em que aparece o trabalho excedente é a da mais-valia, e a separação entre os dois tempos dispendidos no trabalho não é clara e evidente como na corvêia.

Sendo o produto social (P) igual à soma do capital constante (c) mais o capital variável (v) gastos na produção, e mais a mais-valia (m), temos que

$$m = P - (c + v)$$

ou seja, na sociedade capitalista, o excedente econômico se confunde com a mais-valia, sendo essa simples solidificação do trabalho excedente.

O excedente econômico assim definido, como trabalho excedente ou mais-valia, não depende de nenhum comportamento subjetivo, sendo gerado objetivamente no processo de produção capitalista.

É mister referir-se à distinção entre mais-valia absoluta e relativa. Enquanto que a produção da primeira dá-se exclusivamente em função do aumento da jornada de trabalho, a segunda surge de uma transformação ao nível do processo técnico de trabalho, com a consequente alteração na relação quantitativa entre tempo de trabalho necessário e excedente. Como coloca MARX (1975:585), "A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de inf-

cio, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital".

O processo da aplicação do excedente econômico em novo capital é o que se chama acumulação de capital. Não se confundem portanto excedente econômico e acumulação de capital, sendo esse último conceito pertinente àquela parte da mais-valia transformada em novo capital. Nem todo o excedente é por conseguinte acumulado. Uma parte dele é consumida como renda pelo capitalista.

Ademais, "o capitalista (...) que extrai diretamente dos trabalhadores trabalho não pago, materializando-o em mercadorias, é quem primeiro se apropria dessa mais-valia, mas não é o último proprietário dela. Tem de dividi-la com capitalistas que exercem outras funções no conjunto da produção social, com os proprietários de terra, etc. A mais-valia se fragmenta assim em diversas partes. Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem por isso formas diversas, independentes entre si, como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra, etc". MARX (1975_a:658).

Após essa breve discussão metodológico-conceitual, passaremos a examinar de que maneira, ou por que meios, o excedente econômico gerado no âmbito da produção agrícola, ou parte dele, é apropriado pelo setor não-agrícola.

É possível distinguir três formas pelas quais se dá essa transferência.

A primeira, na qual a indústria de processamento produz a sua própria matéria-prima, ou seja, é ela mesma a proprietária dos meios de produção empregados na obtenção da matéria-prima. Nesse caso, a indústria explora diretamente a terra, seja como proprietária, seja como arrendatária.

MARX (1975_a:577-578) diz que "A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o campo - nês, substituindo-o pelo trabalho assalariado (...). Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria ..." .

A situação a que estamos nos referindo difere um pouco daquela com que se preocupava MARX. Na verdade, este autor estava-se referindo a um contexto em que, dado um desenvolvimento bastante intenso do modo de produção capitalista, a agricultura seria revolucionada no que diz respeito a suas técnicas de produção, chegando ao ponto de tornar-se um simples ramo da indústria, ou seja, a aplicação do capital na agricultura se daria sob as mesmas condições e sujeitas às mesmas leis que em outros setores.

Porém, segundo MARX, o capitalista que investiria seu capital na agricultura seria o arrendatário, e não o proprietá-

rio da terra. Aos proprietários caberia a renda da terra, categoria que MARX estuda com profundidade. No nosso caso, o próprio possuidor do capital aplicado na indústria é o proprietário da terra. De qualquer forma, independentemente da existência ou não da renda da terra, a consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo é a industrialização da agricultura, a síntese nova que é a união da indústria com a agricultura.

Neste caso, a extração do excedente gerado na agricultura se dá de uma forma direta, pois o trabalhador agrícola encontra-se subordinado diretamente ao capital industrial.

Como ilustração, podemos tomar a agroindústria açucareira. Por uma série de motivos históricos, entre os quais uma forte intervenção governamental, discutida por QUEDA (1972), aliada às características tecnológicas da produção da cana-de-açúcar, principalmente àquelas que dizem respeito à economias de escala, os capitalistas do açúcar detêm a propriedade da maior parte das terras onde produzem a matéria-prima que processam.

GEBARA (1976:27-28) afirma que "A empresa açucareira funciona em moldes tipicamente capitalistas e assim procura maximizar seu lucro, trabalhando numa escala ótima de produção. Para tanto, a usina de açúcar deve ter grande volume de produção de cana para garantir seu pleno funcionamento. Assim, procura adquirir terras para sua própria produção de cana-de-açúcar ...".

Talvez o aspecto mais importante quando se pensa, hoje, sobre a agroindústria canavieira, são as condições tecnológicas da produção da cana-de-açúcar, realizada de uma forma capitalista. Esse desenvolvimento tecnológico, resultado do processo de concentração e centralização de capital no ramo, por si só discrimina os pequenos fornecedores de cana-de-açúcar, que não têm porte suficiente para os investimentos a serem realizados, devido principalmente à existência de economias de escala.

Apesar da legislação canavieira estabelecer que as usinas devem processar a cana de fornecedores e própria em proporções, esse problema é facilmente superado na medida em que as usinas, como empresas industriais, não têm em seu nome todas as terras que lhe pertencem de fato. Segundo GEBARA (1976:28) "A usina normalmente é uma pessoa jurídica e as suas áreas de cana fazem parte das fazendas pertencentes às pessoas que detêm a propriedade industrial". O resultado é que as usinas mantêm sua independência no que diz respeito ao fornecimento da matéria-prima que processam.

O fato é que a agroindústria açucareira configura-se hoje como um setor em que as relações entre a indústria e a agricultura caminham no sentido de uma transformação desta última num simples ramo da primeira.

Como afirma IANNI (1976:36) , "A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital agrário e o capital industrial aparecem conjugados, um subsumindo

o outro. De longe, vista no campo, a usina parece engulida pelo canavial ; a fábrica pela planta ; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário as suas cores e os seus matizes".

As relações e estruturas de apropriação são, na usina, entendidas como um complexo que une a fábrica e a plantação, semelhantes a qualquer outro ramo da indústria.

Uma característica importante, porém, é aquela assinalada por IANNI (1976:55) , de que "... na agroindústria açucareira ocorre a exploração combinada da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta. Na usina, onde tudo está mecanizado, a massa de força de trabalho tem diminuído, em termos relativos, em confronto com o capital empregado em máquinas, equipamentos, e organizações. Aí cresce a composição orgânica do capital, isto é, a proporção de tecnologia (máquinas, equipamentos, etc.) em face da força de trabalho. Esse é o contexto social e técnico da produção de mais-valia relativa, quando a tecnologia potencia a produtividade da força de trabalho. Mas também se estende a jornada de trabalho na época da safra. Na safra, em geral, o funcionamento da usina é ininterrupto. E as turmas de trabalhadores se revezam de doze em doze horas. Isso significa que cada operário trabalha as oito horas normais e mais quatro. Esse é o ritmo e a exigência do ciclo da reprodução do capital (...). Nesse caso, tende a combinar-se a produção de mais-valia relativa com a mais-valia absoluta. Na lavoura

também combinam-se as duas formas de mais-valia. A mecanização, em sentido lato, se estende: aplicam-se cada vez mais tratores, caminhões, fertilizantes, defensivos, etc. Na época da safra, no entanto, a jornada ultrapassa a oito horas, e o ritmo do trabalho é intensificado. O fato de que o cortador ganha por tonelada cortada, leva-o a empenhar-se bastante na faina do corte".

A segunda forma através da qual o excedente é transferido da agricultura para a indústria é aquela na qual o capital industrial não produz a matéria-prima que industrializa.

A matéria-prima a ser industrializada é produzida por produtores independentes, sendo essa produção realizada por pequenos agricultores em que a força de trabalho utilizada é a do produtor direto e de seus dependentes. Quer dizer, o emprego de mão-de-obra assalariada inexistente, ou existe em muito pouca quantidade.

Esse sistema apresenta semelhança com a economia camponesa, isto é, a exploração parcelária da terra pela massa trabalhadora rural, base econômico-social do antigo sistema feudal. A essa economia camponesa se sobrepunha, como diz PRADO JR. (1974:32) , "... uma classe nitidamente diferenciada e privilegiada (...) que explora a massa camponesa e se apropria do sobreproduto do seu trabalho, através de privilégios que lhe são assegurados pelo regime social e político vigente, e que se configuram e realizam sob a forma de relação de dependência e subordinação pessoal do camponês".

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1975:172), "O camponês é personificação de uma classe social definida pela forma de produção simples de mercadorias, forma de produção na qual o produtor direto, ao mesmo tempo, detém a propriedade dos meios de produção e trabalha com esses meios de produção".

Normalmente, a quantidade de terra que possui, seu principal meio de produção, é pequena, donde se confunde, muitas vezes erroneamente, camponês com pequeno proprietário. Erroneamente porque, se de um modo geral pode-se dizer que os camponeses são pequenos proprietários, o inverso nem sempre é verdadeiro. Muitas vezes, pequenos proprietários são verdadeiros capitalistas, produzindo em condições de reprodução ampliada. Já o camponês é, nas palavras de KAUTSKY (1968:165) "... um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é o de um assalariado. Tem necessidade da terra como um meio para ganhar o pão como operário, e não para dela tirar qualquer lucro ou renda fundiária".

Entretanto, o camponês se insere na sociedade capitalista, sendo redefinido a cada momento pelas transformações advindas da expansão do sistema capitalista.

Essa redefinição da propriedade camponesa e sua vinculação ao mundo capitalista não significa, porém, sua transformação numa relação social de produção capitalista típica. Dado o fato do produtor, por um lado deter a posse da terra e dos seus meios de trabalho, e por outro ser o trabalhador que

aciona seus próprios meios de produção torna-se problemático caracterizar tal relação de produção como capitalista.

Sem entrarmos em maior profundidade na discussão, importante sem dúvida, da caracterização dessas relações de produção, interessa-nos apreender como se transfere um excedente gerado na produção agrícola realizada por esses produtores.

Ora, na medida em que esses produtores não utilizam trabalhadores na produção, a não ser ocasionalmente, só é possível extrair um excedente do trabalho do próprio produtor e de seus familiares. Ou seja, o excedente apropriado pela indústria é o trabalho excedente do produtor direto.

Podemos, como ilustração, citar a produção de uva como matéria-prima para as indústrias de vinho, no Rio Grande do Sul, ou mesmo a produção de fumo para as indústrias de cigarros.

Em ambos os casos, os produtores da matéria-prima são pequenos produtores, usando basicamente o trabalho familiar na produção. Ambas as culturas exigem um uso intensivo de mão-de-obra durante quase todo o ano, sendo, desse modo, a ocupação básica das famílias, além de uma produção em separado destinada à subsistência das mesmas.

Ao que tudo indica, os produtores ficam totalmente à mercê das indústrias, única compradora de seu produto, sofrendo uma expropriação por parte desta última.

Contudo, essa expropriação não significa que não haja possibilidade de lucro ou de renda diferencial. Como co-

loca TAVARES DOS SANTOS (1975:172) , "A renda diferencial será gerada pelo camponês cujo trabalho se realiza em condições mais favoráveis. Todavia, a apropriação da renda diferencial gerada não é feita necessariamente pelo camponês, antes tende, em graus e formas variáveis, segundo cada situação histórica concreta, a ser apropriada por outras classes ou frações de classes".

Por último, a terceira forma em que se pode perceber uma transferência de excedente, é aquela em que o produtor direto detém a propriedade da terra na qual produz, mas não se assemelha com o tipo de produtor discutido no caso anterior.

A diferença fundamental é que há exploração, com certa intensidade, de trabalho alheio. As relações de produção dominantes são capitalistas, sendo o produtor um pequeno capitalista que extrai mais-valia, ou trabalho excedente, de seus assalariados. Esse excedente, entretanto, não permanece, pelo menos não totalmente, no âmbito da produção agrícola, sendo transferido para a indústria pela atuação do capital industrial, notadamente na comercialização da matéria-prima.

Trata-se portanto de uma competição entre capitais aplicados em ramos diferentes de produção, o agrícola e o industrial, em que este último freqüentemente leva vantagem. Essa vantagem é conseguida, em última instância, porque é o capital industrial o mais concentrado, e portanto mais uniforme, em face dos vários capitais agrícolas pulverizados na agricultura.

Sobre o processo de concentração e centralização de capital, escreve MARX (1975_a:727): "Os capitais grandes esmagam os pequenos. Ademais, lembramos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista aumenta a dimensão mínima do capital individual exigido para levar avante um negócio em condições normais. Os capitais pequenos lançam-se, assim, nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência acirra-se e acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor".

Essa concorrência, apesar de ser mais acirrada dentro de um mesmo setor da economia, ocorre também entre capitais aplicados em setores diferentes, como é o caso que estamos analisando. Porém, há certas particularidades que devem ser consideradas.

Na luta de interesses entre a indústria de processamento e os produtores da matéria-prima, a primeira impõe a sua razão, dominando quase que completamente os segundos. Mas essa dominação encontra um limite, que é a desistência do capital agrícola da atividade produtora da matéria-prima, da qual a indústria depende.

A agroindústria do tomate, objeto de estudo deste trabalho, serve como ilustração à terceira forma de extração de excedente entre os setores envolvidos.

A indústria fornece aos produtores rurais uma série de insumos a fim de garantir o abastecimento da matéria-prima. Após garantida a produção, é evidente a montagem de todo um esquema que objetiva "amarrar" os produtores à indústria. Essa "amarração" permite à indústria planejar adequadamente sua safra, eliminando problemas que prejudicariam a industrialização, permitindo a auferição de lucros mais elevados. Os contratos, por exemplo, estabelecem as épocas e respectivas áreas de plantio do tomate, evitando dessa maneira a concentração da produção em determinada época. Para os produtores, isso também não deixa de ser interessante, já que evita problemas de escoamento da safra. Mas percebe-se que esse tipo de política é fixado mais de acordo com as necessidades de acumulação de capital da indústria, que da agricultura.

Na comercialização propriamente dita, desde a fixação do preço do tomate até a pesagem nas balanças da indústria, os produtores são descaradamente lesados. Há anos, porém, em que a falta de matéria-prima, decorrente de razões climáticas, por exemplo, leva a que as indústrias processadoras mostrem-se complacentes com os produtores, justamente para não eliminá-los nos anos seguintes.

Resta dizer, quanto à discussão sobre essas três formas de extração de excedente da agricultura pela indústria de processamento, que elas não são exclusivas, podendo-se encontrar, o que normalmente acontece, formas combinadas de apropriação.

Assim, percebemos que na agroindústria de tomate existem produtores que se assemelham bastante com o produtor de uva do Rio Grande do Sul, assim como neste último caso é possível encontrar-se pequenos capitalistas, tais como os produtores de tomate. Mesmo no caso da agroindústria açucareira, encontramos, entre os fornecedores de cana, alguns grandes capitalistas, outros pequenos, e mesmo produtores camponeses.

O esforço de caracterizar formas diferentes de transferência de excedente entre os setores deve ser encarado com uma tentativa de sistematização para, com essa sistematização, evitar-se confusões advindas, principalmente, da generalização de casos particulares estudados.

4 - TAQUARITINGA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E EVOLUÇÃO AGRÍCOLA

O município de Taquaritinga pertence à Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto, do Estado de São Paulo, localizando-se na região mais conhecida como Média-Araraquarense, apesar de, pela classificação do INCRA, estar situada na microregião homogênea Serra de Jaboticabal.

Sua fundação data do ano de 1868 , quando ocorreu a doação de uma gleba de 64 alqueires para a formação do patrimônio de São Sebastião do Ribeirãozinho, elevado à categoria de vila no ano de 1892 , e meses depois, no mesmo ano de 1892 , e levado à condição de Município, denominando-se Ribeirãozinho. Em 25 de dezembro de 1907 é criada a Comarca de Taquaritinga.

Taquaritinga dista 342 quilômetros da capital do Estado, através da Rodovia Washington Luiz - SP 310 - , e 81 qui

lômetros da cidade de Ribeirão Preto, no sentido Oeste.

São municípios limítrofes de Taquaritinga os seguintes: Monte Alto , Jaboticabal , Guariba , Santa Ernestinha , Dobrada , Matão , Itápolis , Fernando Prestes e Cândido Rodrigues.

Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Economia e Planejamento, citados em JUNQUEIRA *et alii* (1972), o município de Taquaritinga tinha em 1960 um total de 24.417 habitantes , sendo 12.981 na Zona Urbana e 11.436 na rural, e, em 1970 , um total de 27.532 habitantes, sendo 18.556 na Zona Urbana e na rural. A população rural, como podemos notar, sofre um de crêscimo absoluto, refletindo a intensa migração rural-urbana ocorrida nesse período em toda a região, que teve, e tem tido, um forte processo de urbanização a partir da última década.

O desenvolvimento de Taquaritinga deveu-se, fundamentalmente, ao grande impulso da cultura do café na região, ocorrindo em fins do Século XIX. As antigas áreas de produção, especialmente o Vale do Paraíba no Estado de São Paulo, mostra -vam-se declinantes, e a este declínio correspondiam fases de ascensão em outras zonas, de desbravamento recente, como a que estamos nos referindo. Sobre essa evolução cíclica do café, escreve PRADO JR. (1973:226): "o desenvolvimento da lavoura cafeeira do Brasil, desde o último decênio do século XIX , admirável no conjunto, foi entretanto muito irregular se considerarmos as diferentes regiões do país. Não houve de modo algum crescimento uniforme e harmônico ; e à expansão em alguns

setores correspondeu o declínio, e mesmo o aniquilamento completo de outros (...) , sucedendo-se em cada zona produtora , no espaço de poucos decênios, uma fase ascendente seguida de outra próxima da decadência”.

Toda a região do oeste paulista, e nela a Araraquarense, estava em fase de ascensão. Concorreu para isso a existência de terras férteis, topografia bastante regular, e um clima que se prestava não só à cultura em si, como também aos braços que a trabalhavam, tendo os trabalhadores imigrantes europeus a ele se adaptado muito bem.

A expansão cafeeira que se alastra pelo oeste paulista, parte de Campinas em direção a Ribeirão Preto — ao norte — acompanhando as manchas de terras roxas existentes , quase contínuas. É em Ribeirão Preto que se forma o principal núcleo produtor de café — não só do Estado de São Paulo, como de todo o Brasil — tornando-se mundialmente famoso.

A partir desse núcleo, ele expande-se para todos os lados, especialmente para o oeste propriamente dito, qual seja, as regiões de Araraquara , Catanduva e Jaboticabal.

É de presumir-se, portanto, que a formação de cafezais na região de Taquaritinga é pouco posterior, datando do início deste século. Segundo dados da Estatística Geral e Agrícola dos Municípios do Estado de São Paulo, publicados em 1958, havia em Taquaritinga, no ano de 1935 , 21 milhões de pés de café, com idade variando entre 25 a 40 anos, o que nos leva a crer que pelo menos até 1910 o plantio de café no munici

cípio foi intenso.

Essa fase eufórica da expansão do café na região tem como consequência o grande surto de desenvolvimento das cidades do noroeste do Estado. Antes disso, a própria constituição dessas cidades — antigas vilas ou patrimônios — em municípios e comarcas é fruto da expansão do "ouro verde" pela região.

Um fator importante, que acompanha a expansão do café, é a constituição de uma extensa rede ferroviária no interior do Estado, ligando essas regiões não só entre si, mas, principalmente, com a capital do Estado e o porto de Santos, por onde o café produzido era exportado. A "chegada" da estrada de ferro nas antigas vilas e cidades era um importante fator de progresso das mesmas.

Porém, a par com essa expansão, começam a aparecer os primeiros sintomas de sua contrapartida: a super-produção, que acompanhará a economia cafeeira do Brasil por muito tempo.

Já em 1896, segundo PRADO JR. (1973), observar-se-ão os primeiros sinais de desequilíbrios, tendo, no período de 1890 a 1900, duplicado as plantações de São Paulo. Assim é que, conforme SIMONSEN (1973:230): "o Estado de São Paulo decretou, em 1902, um imposto de 2.000\$000 sobre cada alqueire de cultura de café novo. Era, de fato, a proibição a novas plantações. Esse dispositivo legal devia vigorar por um quinquênio, mas foi prorrogado ao cabo do seu turno por mais cinco anos".

Essa lei não evitou, contudo, que as plantações existentes produzissem a enorme safra paulista de 1906 , contribuindo para uma drástica redução de preços. É de se imaginar que a partir dessa época diminuíssem em muito as plantações de café na principal região produtora, que engloba Taquaritinga.

Políticas consagradas à estabilização de preço do produto são colocadas em prática, principalmente a compra de excedentes de produção, com vistas à formação de estoques reguladores. Essas políticas resultaram basicamente do entendimento havido naquilo que se convencionou chamar de Convênio de Taubaté.

Em junho de 1918 ocorreu a grande geada que prejudicou seriamente os cafezais de São Paulo e, decididamente, a partir de então, toda a região Paulista e Araraquarense quase que cessa seu plantio.

Nas Tabelas 1 e 2 temos uma idéia mais aproximada de como se encontrava a cultura do café nos cinco principais municípios produtores da região noroeste do Estado, no ano de 1942.

De imediato, chama-nos a atenção o fato de não existirem, praticamente, novas plantações na região envolvida. Além do mais, se atentarmos para o fato de que, como já foi mencionado atrás, havia em 1935 um total de 21.000.000 de pés de café em Taquaritinga, percebemos que, sete anos depois, esse número reduz-se à metade, o mesmo devendo ter ocorrido nos demais municípios. O fato é que, com a erradicação dos cafezais mais antigos atingidos pela geada de 1918 , não houve mais

estímulos a novas plantações, basicamente porque as possibilidades de lucro com a cultura encontravam-se reduzidas em face dos problemas enfrentados no mercado internacional.

TABELA 1 - Área com café, percentagem da área total e número de trabalhadores ocupados - 1942 - Principais municípios da região Noroeste - SP.

Município	Área com café (ha)	% da área total	Número de trabalhadores
Taquaritinga	13.171,5	24,0	5.674
Bebedouro	12.475,8	31,5	4.407
Catanduva	19.257,1	41,9	8.686
Jaboticabal	12.960,4	24,5	5.292
Araraquara	14.190,7	15,2	7.747

FONTE: Cultura do Café no Brasil - DNC

TABELA 2 - Número e idade dos cafeeiros - 1942 - Principais municípios da região Noroeste - SP.

Município	Número de cafeeiros (1.000 pés)	+ de 20 anos (1.000 pés)
Taquaritinga	10.874	10.868
Bebedouro	10.293	9.454
Catanduva	16.021	15.865
Jaboticabal	10.623	10.509
Araraquara	12.889	12.452

FONTE: Cultura do Café no Brasil - DNC

Dois outros pontos chamam-nos atenção nas Tabelas 1 e 2 : a alta porcentagem da área total com a cultura e o número de trabalhadores ocupados na mesma. O primeiro ponto dá-nos uma idéia da predominância do café nessas regiões, ocupando quase que totalmente as melhores terras disponíveis. O segundo ponto mostra-nos a intensa utilização de mão-de-obra, na cultura, não significando, entretanto, que a mesma seja constituída de assalariados puros, pois, como diz PRADO JR. (1973:228) , "Na generalidade da lavoura cafeeira, em São Paulo em particular, adotar-se-ã nas relações de trabalho um sistema que combina salaríato (...) com o direito concedido ao trabalhador de utilização de certas áreas de terras em proveito próprio. Haverã, ao lado desse tipo de trabalhador (o colono, como se chama), mas geralmente em número muito menor, o assalariado puro que será simples jornaleiro. Para todos a fazenda fornecerã resistência, mas não os instrumentos de trabalho. Estes aliã são muito simples, pois não passam da enxada ; na cultura do café, que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinaria".

Com o declínio da produção do café em toda a região, agravada sobremaneira com a grande crise de 1929-32 , entra em colapso toda a economia regional. Esse colapso, porém, tem muito maior significado para os produtores de café, na maior parte, grandes produtores. É certo que a agricultura de exportação era, e é ainda hoje, o "carro-chefe" da economia agrícola. Na medida em que ela entra em crise, todo o "hinter -

land" que a cerca sofre com essa crise. Mas acontece que é exatamente nesses momentos de crise da economia exportadora, que o setor de subsistência encontra oportunidades para um maior desenvolvimento, adquirindo maior expressão. A crise de alguns é a saída do estrangulamento de outros. Como coloca PRADO JR. (1969:16) , discutindo o relacionamento entre a grande exploração e o setor secundário das atividades rurais: "... o setor secundário se ampliará na medida em que, inversamente, a grande exploração, debaixo de cuja sombra vive, se expande ou se retrai, se consolida e prospera, ou, pelo contrário, se debilita e decompõe".

É lógico que, como já dissemos acima, a crise dos senhores do café se expande por toda a economia regional. Tal ocorre principalmente porque todos os setores que traziam a fachada do progresso estavam bastante vinculados à economia cafeeira. É o caso do sistema de transportes, da rede bancária, ou daqueles envolvidos na comercialização do produto.

É perfeitamente imaginável supor que durante o auge do café a quantidade de dinheiro em circulação era maior, trazendo reflexos no desenvolvimento do comércio como um todo. E na medida em que se interrompe parcialmente esse fluxo de dinheiro, o comércio também entra em decadência.

ZAMBONI (1976:3) , num estudo sobre o distrito de Ibitirama, no município de Monte Alto, fundado em 1900 , afirma que "A partir da construção da estrada de ferro, muito possivelmente inspirada na riqueza que o café emprestava à re-

gião, houve um aumento da população, e não tardou que um primeiro bar surgisse na vila que ia crescendo".

Esse tipo de estabelecimento, juntamente com outros, tais como barbearias, sapatarias, etc., sofre também um grande golpe com a decadência do café.

Entretanto, sem sombra de dúvida, a crise foi muito menos sentida pelos pequenos produtores rurais, ou pelos colonos, e mesmo pelos trabalhadores do café. Ou, pelo menos, a percepção da crise por essas categorias foi diferente. Quando o café estava em seu apogeu, o trabalho era intenso, árduo, sufocante. Quando entra em declínio, o trabalho escasseia, mas a luta pela sobrevivência em seus pedaços de terra é redobrada, as agruras são as mesmas.

De um modo geral, a decadência do café quebra a antiga estruturação econômica. Grandes fazendas são divididas, vendidas muitas vezes para a liquidação de dívidas, modificando-se a distribuição da posse da terra.

PRADO JR. (1972_a: 227) afirma que "A pequena propriedade desenvolveu-se em consequência das crises do café. O esgotamento do solo, a queda de preços, as dificuldades de exportação, esses são os verdadeiros fatores que contam. É deles que provém a ruína das fazendas e grandes domínios, e, em consequência, seu retalhamento, último recurso para sair das dificuldades".

Esse retalhamento, sem ser drástico, dá condições para que o setor secundário da economia agrícola se desenvolva,

e a região como um todo passa a ser, se assim podemos chamá-la, cerealista.

É digno de se mencionar, nessa transição, a evolução da agricultura algodoeira. Apesar da predominância do café, aquela cultura começa a crescer em importância em todo o Estado a partir principalmente de 1916, segundo SINGER (1974).

Na safra de 1938-39, Taquaritinga aparece como o 11º produtor estadual de algodão, e sua comparação com outras localidades pode ser observada na Tabela 3.

TABELA 3 - Produção de algodão em caroço - safra 1938/39
Alguns dos principais municípios produtores
do Estado de São Paulo

Município	Produção (t)
Taquaritinga	4.251,5
Marília	18.913,9
Campinas	9.140,3
Rio Preto	7.008,5
Catanduva	6.545,5
Jaboticabal	5.952,9

FONTE: Anuário Algodoeiro. Bolsa de Mercadorias
de São Paulo, 1941.

A região com maior participação nesse sub-ciclo de algodão observado no Estado é a de Marília, de desbravamento mais recente, e onde, portanto, a disponibilidade de terras para a lavoura era maior. Mas a região com a qual estamos

nos preocupando é também intensamente cultivada com algodão. Essa cultura chegou inclusive a competir com o café, uma vez que eram plantados em terras distintas, já que nos cafezais formados o plantio intercalado é quase que impossível.

Esse sub-ciclo do algodão aparece num momento providencial para a região. Assim é que a essa cultura destinam-se os trabalhadores anteriormente ocupados com o café, e o despovoamento da região é até certo ponto contido.

A denominação de "cerealista" para a região, diz muito mais respeito à falta de um produto de exportação que substituisse o café, que propriamente a um aumento da produção de cereais na região. Na verdade, com a queda do café, já a partir do início da década de 30, cria-se um vácuo na produção agrícola durante pelo menos as duas décadas seguintes, menção feita ao algodão, vácuo esse que somente a partir da década de 50 começa a ser ocupado pela laranja e pela cana-de-açúcar.

Pela Tabela 4 podemos observar a evolução da produção agrícola do município de Taquaritinga desde 1935.

A análise da Tabela 4 deve ser feita com cuidado, uma vez que na sua construção foram tomadas várias fontes distintas, e como se sabe, nem sempre elas são homogêneas, além de que o município de Taquaritinga sofre um desmembramento entre 50 e 60 — o distrito de Cândido Rodrigues passa à condição de município. De qualquer maneira a Tabela dá-nos uma idéia da evolução agrícola do município.

TABELA 4 - Evolução da quantidade colhida dos principais produtos agrícolas no município de Taquaritinga, SP.

Produto	A n o s					
	35	39	50	59	70	72
Café (t)	8.250	4.468	2.352	2.134	946	1.666
Arroz (t)	1.860	1.116	3.716	2.007	2.422	9.923
Feijão (t)	930	245	73	104	47	366
Milho (t)	7.200	3.954	3.851	3.951	8.517	5.549
Amendoim (t)	-	-	105	1.471	5.095	4.421
Algodão (t)	3.390	11.397	2.126	2.399	443	2.175
Laranja (1.000 frutos)	276	4.905	7.623	75.646	244.987	343.523
Cana-de-açúcar (t)	-	2.927	2.825	32.746	115.243	320.112
Goiaba (1.000 frutos)	-	-	-	307	19.188	48.000

FONTE: IBGE para os anos de 1939 , 1959 e 1970 ; INCRA para 1972 ; Estatística Geral e Agrícola dos Municípios do Estado de São Paulo para 1935.

Os dados referentes à produção de tomate não estão incluídos nessa Tabela pelo fato de que a esse produto dedicaremos um capítulo específico deste trabalho.

Percebe-se claramente o declínio da produção de café no município. Em termos de produção, ela até certo ponto mantém-se até meados da década de 30 , pelo fato de ser uma cultura permanente e que dá uma produção razoável até a idade de 30-35 anos. Apesar do produto estar em crise no mercado internacional, com os preços bastantes baixos, erradicar os cafezais não era a melhor solução, além de ser uma operação difícil e o-

nerosa. Ademais, como coloca FURTADO (1974:186-7), " ... o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos produtores significava fazer recair sobre estes a perda maior".

Nesta altura dos acontecimentos, a economia já havia desenvolvido uma série de mecanismos, cujo objetivo principal era transferir para a coletividade como um todo as perdas advindas do café. Ou seja, houve o que se convencionou chamar de socialização dos prejuízos.

Já referimos que durante pelo menos as duas décadas seguintes à de 30, toda a região tem o seu setor de mercado externo praticamente estagnado, o que aumenta as possibilidades de um desenvolvimento autônomo do setor de subsistência. O setor de mercado interno, num primeiro momento, também se retrai violentamente, uma vez que ele dependia da economia exportadora.

Porém é exatamente essa ruptura entre o setor de mercado interno e o externo que vai aos poucos dando as condições para o desenvolvimento mais recente.

SINGER (1974:14-15) coloca muito bem essa questão quando diz que "De acordo com o funcionamento 'normal' da Economia Colonial, o crescimento do setor de Mercado Interno é induzido pela expansão do Setor de Mercado Externo. Ora, quando o Setor de Mercado Interno permanece nesta situação, ele

não faz mais que desempenhar um papel de fornecedor supletivo do fluxo de importações. O processo de desenvolvimento se inicia por uma ruptura estrutural, começando o Setor de Mercado Interno a crescer autonomamente ..." .

Apesar do autor acima estar-se referindo ao Setor de Mercado Interno da Economia Colonial, a analogia é perfeitamente válida para o nosso caso.

O ponto de vista que defendemos é o de que é justamente essa fase "cerealista" da economia regional que fornece as bases, estas mais sólidas, para o posterior desenvolvimento da região. Em que pese toda a relativa estagnação da região, que se reflete inclusive no próprio crescimento das cidades locais, mesmo em termos populacionais, é durante esse período que se moldam e se desenvolvem as estruturas necessárias ao desenvolvimento mais recente verificado, muito menos artificial que o primeiro, menos pujante, porém mais sólido, como veremos adiante.

Após a fase eminentemente policultora pela qual passa o município de Taquaritinga, dois novos produtos começam a ganhar expressão e se fazerem cada vez mais presentes na economia local: a laranja e a cana.

A primeira cultura mostra um desenvolvimento um pouco anterior. Advinda principalmente da região de Bebedouro, que aparece como o grande centro citrícola dessa região do Estado, a cultura da laranja começa a crescer vigorosamente em Taquaritinga, e em toda a região, a partir da década de 50, e,

já em 1959 , o município em questão aparece como o quinto produtor do Estado.

TABELA 5 - Evolução da área plantada e do número de produtores para os principais produtos em Taquaritinga, SP. 1959 e 1970

Cultura	1959		1970	
	Nº est.	Área colhida (ha)	Nº est.	Área colhida (ha)
Laranja	206	1.045	493	3.696
Cana-de-açúcar	13	779	28	2.105
Café	330	2.292	267	1.266
Algodão	304	2.350	27	413
Arroz	499	2.184	555	3.103
Milho	500	3.374	589	4.802
Feijão	210	306	96	129
Amendoim	196	1.156	411	3.068

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e de 1970

Note-se, pela Tabela 5 , que a laranja mais que triplica a área colhida. Deve-se observar que, por ser uma cultura permanente, a área colhida não espelha muito bem o desenvolvimento da cultura, uma vez que a área com novas plantações não aparece na Tabela. Segundo a mesma fonte da Tabela 5 , a relação entre pés novos de laranja e pés em idade produtiva, era 0,31 em 1959 e 0,85 em 1970 . Ou seja, nesta última data, cerca de 46% dos laranjais de Taquaritinga não estavam ainda em produção, o que nos faz supor que a área efetivamente ocupa

da com a cultura é quase o dobro da área colhida.

O Recadastramento do Incra efetuado em 1972 já traz uma área colhida de 5.801,4 ha , confirmando o que dizíamos a cima.

A cana-de-açúcar tem, ao que tudo indica, seu desenvolvimento acentuado no município a partir de 1960 . O grande centro canavieiro regional é o município de Sertãozinho, e é a partir daí que essa cultura se alastra, passando por Jaboticabal e atingindo Taquaritinga. Não é essa porém a única frente de expansão da cana-de-açúcar. Os municípios de Guariba e Pradópolis se convertem também em grandes centros canavieiros já a partir de meados de 40. É nesta última cidade que está situada uma das maiores usinas de açúcar do Brasil, a Usina São Martinho.

Dadas as excelentes oportunidades de desenvolvimento da agroindústria canavieira, que não cabe discutir aqui, essas duas frentes de expansão da cana-de-açúcar "varrem" toda a região, no sentido oeste, atingindo Taquaritinga.

Digno de nota é o fato de essa cultura ser produzida em poucas propriedades, ao contrário da laranja, e mesmo do café. Acontece que os estabelecimentos que cultivam a cana são, na grande maioria, de propriedade das usinas — ou dos usineiros — das regiões canavieiras por excelência. Assim é que, somente a Açucareira Corona, cuja usina situa-se no município de Guariba, tem nove propriedades no município de Taquaritinga. Isto significa que quase não existe em Taquaritinga a categoria

de fornecedor de cana. Quem a planta são os próprios usineiros.

Especialmente nos últimos anos, a cultura da cana-de-açúcar instala-se definitivamente em Taquaritinga. Somente a Açucareira Corona, citada acima, possuía 3.203,1 ha no município, em 1975, contra 442,6 ha em 1967. Somando-se essa área de 1975 com as propriedades da Usina Santa Adélia (905,1 ha) e da Usina Santa Ernestina (634,0 ha), temos uma área de 4.742,2 ha, mais do que o dobro da área total colhida com a cultura em 1970. (Ver Tabela 5).

Mais recentemente a Cia. Rio Pedrense de Bebidas, produtora de aguardente, fez grandes aquisições de terras no município (cerca de 2.000 ha), o que mostra a tendência atual da cultura da cana-de-açúcar em Taquaritinga.

Mesmo com o extraordinário desenvolvimento dessas culturas, pode-se observar que a produção de cereais, mais amendoim e algodão, ainda é bastante significativa, ou seja, pelo menos até o momento, o caráter policultor do município continua.

Essa tendência recente da agricultura Taquaritinguense é espelhada pela distribuição da posse da terra no município. Pela análise da Tabela 6, podemos primeiramente verificar que a posse da terra apresenta-se menos concentrada no município de Taquaritinga, sendo um reflexo do desenvolvimento da agricultura regional que, após a decadência do café, transforma-se em policultura, sem que um outro produto agrícola apareça como dominante durante longos anos. O município de Sertãozinho é inte-

ressante para a comparação, já que o vácuo resultante do declínio do café foi rápida e intensamente ocupado pela monocultura da cana-de-açúcar, levando a uma reaglutinação das propriedades rurais, conforme atestam os índices de concentração, bem mais elevados que os de Taquaritinga e região.

TABELA 6 - Índices de concentração da posse da terra em Taquaritinga e região, comparados à outros locais

Local	1960		1970	
	$G_1(a)$	$G_2(b)$	G_1	G_2
Taquaritinga	0,587	0,592	0,584	0,590
Microregião - G_{12}	0,689	0,691	0,657	0,661
Sertãozinho (c)	0,782	0,787	0,779	0,782
São Paulo (d)	0,793	0,796	0,778	0,782
Brasil (d)	0,841	0,843	0,842	0,844

FONTE dos dados primários: IBGE

(a) limite inferior do índice de Gini de acordo com Gastwirth *

(b) limite superior do índice de Gini de acordo com Gastwirth

(c) extraído de GEBARA (1976)

(d) extraído de HOFFMANN e GRAZIANO DA SILVA (1975)

(*) Ver HOFFMANN (1976)

Durante a década de 60 , a distribuição da posse da terra mostra certa estabilidade no município em estudo. A partir de fins de 60 , porém, é possível que haja uma tendência a uma concentração da posse da terra. Para verificar esse fato, calculamos os índices de concentração relativos a 1967 e 1975 , que são, respectivamente 0,587 e 0,590. Esses índices foram calculados a partir dos dados individuais dos imóveis rurais, fornecidos pela Unidade Municipal de Cadastro do INCRA, agrupando-se os imóveis que apresentavam proprietários com idêntico nome. Isto porque de antemão tínhamos conhecimento que a partir de 1972 estava ocorrendo um grande número de transferência de imóveis, e nem sempre essas transferências envolviam imóveis de áreas contíguas. Somente o índice de concentração calculado a partir dos proprietários rurais permitiria detectar essas transferências.*

Os índices encontrados não permitem uma conclusão a favor do aumento da concentração da posse da terra.

Entretanto, a entrada maciça das culturas da cana-de-açúcar e da laranja dá, sem dúvida, novos rumos à agricultura de Taquaritinga. Segundo levantamentos feitos em fevereiro de 1977 pelo IEA , o número de pés novos de laranja é da ordem de 550.000 , enquanto existem 2.500.000 pés em idade produtiva -

{*} Os índices para os mesmos anos calculados sobre os imóveis sem fazer-se agrupamento, são respectivamente 0,570 e 0,572 para 1967 e 1975.

va. A produção colhida na safra 76/77 é da ordem de 862.500 mil frutos, quase o triplo da produção de 1972 , mostrando o enorme desenvolvimento da cultura.

O café tem também mostrado sinais de uma nova expansão, bem mais modesta, a partir de meados da década de 60. Assim é que, segundo o levantamento acima, Taquaritinga estaria hoje com 1.570.000 pés de café, dos quais 120.000 são novos.

Merecem também destaque a produção de limão, sempre crescente, e com considerável volume de produção (810.000 caixas), e o cultivo de goiaba para indústria, atualmente cerca de 800 ha , com 210.000 pés, sendo 60.000 novos.

O resultado desse desenvolvimento agrícola mais recente, especialmente a enorme expansão das culturas da laranja e da cana-de-açúcar, é um novo surto de progresso a nível regional. Toda a economia da região, relativamente estagnada durante pelo menos duas décadas e meia, toma novo vigor. De fato, as cidades adquirem um maior dinamismo, o comércio é retomado, multiplicam-se os empregos, enfim, todos os sintomas de um novo surto de progresso. Sob muitos aspectos, esse desenvolvimento recente mostra-se diferente daquele ocorrido no início do século, com a chegada do café à região.

O setor de mercado interno está muito mais desenvolvido e diferenciado. A consolidação desse setor foi possível porque seu crescimento se deu autonomamente a partir da ruptura com a economia cafeeira. Forma-se então uma base mais sólida para a economia regional, verificando-se uma urbanização

e uma industrialização das cidades locais, antigos lugarejos.

O setor de subsistência, ainda bastante presente, mostra-se com características diferentes. Com o desaparecimento do café, o sistema de colonato aos poucos vai deixando de existir. Com o fracionamento da propriedade rural, juntamente com a ocupação de terras antes incultas, não ocupadas pelo café, esse setor é composto principalmente por pequenos agricultores isolados. Seus excedentes destinam-se a mercados mais longínquos, à própria capital do Estado, hoje uma enorme metrópole.

Essa diferenciação da economia, resumida no fortalecimento desses dois setores acima, leva a que o desenvolvimento recente seja mais sólido, não se resumindo somente numa atividade quase que extrativa, como a anterior. Os produtos que trouxeram esse progresso são industrializados na região. A ligação com o exterior se dá através de seus derivados. Multiplicam-se portanto as oportunidades de emprego no setor secundário. A renda gerada permanece em maior parte na região.

Há, contudo, uma semelhança com o passado que chega a encobrir todas essas diferenças: foi somente o aparecimento de um produto agrícola exportável que provocou o rejuvenescimento da economia. Se no passado a "onda verde" dos cafezais é que emprestava pujança à região, atualmente essa "onda verde" é constituída por canaviais e laranjais.

Todos os anos e anos de produção agrícola diversificada, de agricultura policultora, não conseguiram fazer com que

a região sofresse um novo despertar econômico. Quem o fez foi a laranja e a cana-de-açúcar.

Esse fato vem revelar aquilo que é por demais conhecido entre aqueles que se preocupam com a agricultura brasileira: que a produção de gêneros destinados ao mercado interno não consegue provocar o desenvolvimento da própria agricultura e, conseqüentemente, de toda a economia a ela vinculada. O obstáculo fundamental é que a remuneração dessas atividades não é suficiente para, de um lado, provocar o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, através da modernização da produção agrícola, e, de outra, gerar uma renda que se distribua aos ramos da economia local. Em síntese, a acumulação de capital na agricultura não se realiza com a intensidade suficiente para promover seu desenvolvimento capitalista. A agricultura não se desenvolve, simplesmente sobrevive.

Essa semelhança com o passado leva-nos de imediato a uma indagação: qual a possibilidade da ocorrência de uma crise, tal como a do café, e o subsequente desmoronamento do edifício do progresso econômico atual ?

A possibilidade da crise existe. Basta que, por qualquer motivo, o mercado internacional se mostre desfavorável por um tempo suficiente, que a crise se esboça. Não há dúvidas, porém, que os mecanismos hoje existentes para sua contornação são muito mais eficientes, encontrando-se na maior parte em poder do Estado.

Assim é que, desde há muito tempo, o governo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) , mantém um rígido controle da expansão da produção de açúcar, temendo a superprodução. Vários outros instrumentos de política econômica podem ser acionados, e são constantemente utilizados, visando a prevenção, ou pelo menos, a amenização dessas crises.

Em que pese a existência de mecanismos controladores mais eficientes, não muda a essência do fenômeno. Nossa agricultura só consegue experimentar surtos de progresso quando se vincula com o mercado externo, quando se produz para exportação.

5 - A EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NA REGIÃO

Dentre as hortaliças cultivadas em todo o mundo, o tomate é aquela que ocupa o lugar de maior destaque. A produção mundial tem aumentado ano após ano, atingindo em 1975 um total de 30,8 milhões de toneladas. Os principais países produtores e exportadores de derivados de tomate são a Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Egito, Estados Unidos e, na América do Sul, Argentina e Brasil. (IEA, 1975).

Dentre os Estados brasileiros, São Paulo é o maior produtor, com 521.000 t, seguido de Pernambuco e Rio de Janeiro, com 99.720 e 66.628 toneladas, respectivamente, no ano de 1975, segundo os dados do IBGE.

Na Tabela 7 podemos observar a evolução da produção de tomate nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

TABELA 7 - Evolução da produção de tomate em São Paulo e Pernambuco

Ano	São Paulo			Pernambuco		
	Área	Produção (t)	Rendimento (t/ha)	Área	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
1952	5.303	87.386	16,48	6.979	54.397	7,70
1957	7.580	157.547	20,78	10.454	85.499	8,18
1962	10.311	238.320	23,11	11.041	96.952	8,78
1967	13.712	318.525	23,23	10.343	159.542	15,43
1970	17.903	371.257	19,84	6.984	99.243	14,21
1974	29.400	610.400	20,76	5.550	122.100	22,00
1975	24.200	521.000	21,53	4.986	99.720	20,00

FONTE: IBGE

O Estado de São Paulo apresenta um aumento tanto na área colhida como na produção, enquanto Pernambuco, que era o Estado que mais plantava tomate, apresenta uma evolução irregular, e, no decorrer dos anos, cada vez mais se defasa de São Paulo, que assume a posição de maior produtor brasileiro, respondendo por 53,6% da produção nacional no ano de 1975.

Esses dados de produção referem-se à soma da produção de tomate estaqueado com tomate rasteiro. De fato, esse produto agrícola é cultivado de duas maneiras bastante diferentes. A produção do tomate estaqueado destina-se basicamente ao consumo "in natura", enquanto o tomate plantado rasteiro, sem suporte de proteção, destina-se à industrialização.

Apesar de haver, grosso modo, essa separação no que diz respeito ao destino da produção colhida, esses dois sistema

mas de cultivo apresentam uma série de outras diferenças que os caracterizam bem mais do que a simples destinação da produção.

O cultivo do tomate envarado é feito de uma maneira intensiva. Assim, as áreas plantadas são relativamente pequenas, havendo uma utilização muito grande de trabalho e capital na cultura. À medida que a planta se desenvolve, ela deve ser convenientemente desbastada e tutorada por armações especiais, levando a um uso constante de trabalho na fase de crescimento da cultura. A planta é cuidadosamente tratada com fertilizantes e pesticidas, uma vez que os frutos devem ser de qualidade a melhor possível, pois são destinadas quase que exclusivamente ao consumo "in natura".

Já o tomate rasteiro é cultivado extensivamente em grandes áreas. A dotação de trabalho e capital é bem menor se comparada ao outro sistema de cultivo. As áreas destinadas à cultura, depois de devidamente preparadas, são semeadas, e o crescimento da cultura dá-se sem nenhum tutoramento, ficando as plantas acamadas por sobre o solo, emaranhando-se umas com as outras, daí o nome de rasteiro. Não só a produção por área é menor, como os frutos são de qualidade inferior em relação ao tomate estaqueado. Mas a qualidade não importa muito, pois a produção é destinada à industrialização.

O resultado econômico dos dois sistemas de plantio pode ser observado na Tabela 8. Apesar do tomate rasteiro apresentar um custo operacional bastante inferior, tanto o vo-

lume de produção como os preços obtidos pela mesma são igualmente mais baixos, levando a um resultado líquido por unidade de área desfavorável quando comparado ao tomate estaqueado.

TABELA 8 - Resultado econômico da cultura de tomate, segundo o sistema de plantio - SP. - Safra 1975/76

Cultura	Rendimento (t/ha)	Receita bruta (Cr\$/ha)	Custo operacional (Cr\$/ha)	Receita líquida (Cr\$/ha)
Tomate rasteiro	14,1	8.460,00	7.221,96	1.238,03
Tomate envarado (1)	41,6 (2)	103.920,00	63.364,49	40.555,51

FONTE: IEA - Prognóstico 76/77

(1) Variedade Santa Cruz

(2) Considerando-se 24 kg/caixa.

No Estado de São Paulo, a evolução da produção de tomate envarado e rasteiro pode ser visualizada na Tabela 9.

Como se pode observar, o volume processado é quase sempre maior que a produção de tomate rasteiro, o que reflete o fato de que uma parte do tomate envarado é destinada às indústrias. Na realidade acontece o seguinte: no tomate envarado, as últimas colheitas, por serem de qualidade inferior e, portanto, de difícil colocação no mercado, são destinadas às indústrias. Já com o tomate rasteiro, ocorre o inverso: os primeiros frutos, de razoável qualidade, são destinados ao mercado "in natura", onde conseguem bons preços. As demais co-

lheitas dificilmente são aceitas no mercado para mesa, sendo destinados totalmente à industrialização.

TABELA 9 - Produção e industrialização do tomate, São Paulo - 1968/75 (1.000 toneladas)

Ano	Produção total Estado	Produção cultura envarada	Produção cultura rasteira	Volume processado	Volume comercializado CEAGESP
1968	419	275	144	170	181
1969	381	223	198	180	171
1970	440	286	154	210	224
1971	478	268	210	225	225
1972	488	322	166	190	225
1973	526	392	134	170	251
1974	610	330	280	340	249
1975 (1)	706	406	300 (2)	340	-

FONTE: Prognóstico 75/76

(1) Estimativa preliminar

(2) Estimativa feita posteriormente ao levantamento de abril

A temperatura é o fator climático mais importante na cultura do tomate, que prefere temperaturas amenas, sendo a ideal entre 18 e 26°C . Esse fator é o principal determinante da época de produção da cultura.

Em Taquaritinga e regiões vizinhas, a melhor época de semeadura é entre março e abril. Março é preferido por ser o mês mais chuvoso. A colheita inicia-se quatro meses após o plantio, prologando-se por dois a três meses, uma vez que a

maturação dos frutos ocorre por etapas. .

A cultura não é exigente em solos, preferindo os solos leves, podzolizados ou arenosos, que apresentam a vantagem de permitir um maior desenvolvimento do sistema radicular do tomateiro, além de contribuírem para uma menor porcentagem de podridão dos frutos que ficam em contacto com o solo.

No que diz respeito às variedades cultivadas, na nossa região de estudo a variedade Santa Cruz é a mais intensivamente cultivada, apesar de existirem variedades específicas para o plantio rasteiro, como o ROMA V.F. Acontece porém que além dessas variedades mais específicas serem mais exigentes, principalmente no que diz respeito à irrigação, elas não apresentam boa aceitação no mercado "in natura", devido ao tamanho pequeno e forma irregular, principalmente.

Esse fato leva a que os agricultores prefiram a variedade Santa Cruz, uma vez que esta lhes permite a destinação de parte da produção para o mercado "in natura", o que geralmente lhes traz maiores compensações financeiras, visto o melhor preço conseguido. Como veremos, esse é um ponto importante no relacionamento entre as fábricas e os agricultores, já que às primeiras não é interessante que os segundos desviem parte da produção para o mercado, privando-as dessa produção. Por outro lado, tendo a opção do mercado para consumo "in natura", os produtores diminuem sua dependência da indústria processadora.

Ainda com respeito à cultura do tomate, resta dizer que essa espécie é muito suscetível ao ataque de pragas, e principalmente, doenças de difícil controle. Entre essas últimas, as causadas por vírus e bactérias são as mais comprometedoras para a cultura. A prática agrícola mais recomendável e eficiente para a prevenção das doenças que atacam o tomateiro — da dos os atuais níveis de desenvolvimento tecnológico — é a rotação de culturas, não se recomendando o plantio nas mesmas áreas anteriormente cultivadas.

O surgimento do tomate na região em estudo está muito mais ligado ao município de Monte Alto que ao de Taquaritinga. Com efeito, é em Monte Alto que encontramos os primeiros indícios da existência da cultura de tomate. Ao que tudo indica, já na década de 20 o tomate era cultivado com certa intensidade no Município, e quem o cultivava eram os colonos, meeiros, parceiros e pequenos proprietários em geral, que formavam o setor de subsistência tão importante e necessário à economia cafeeira. As áreas de cultivo eram localizadas nos lugares hoje conhecidos como Barreiro e Água Limpa. Esses locais, devido principalmente ao solo, de características hidromórficas, ou seja, solos não totalmente constituídos, localizados na encosta do chapadão da Serra de Jaboticabal, foram deixados de lado pelo café e possivelmente destinados aos colonos e demais categorias do setor de subsistência, que nesses locais praticavam sua agricultura independente.

Esses pequenos produtores cultivavam verdadeiras hortas em suas restritas posses, e nessas hortas o tomate era um produto que se sobressaía aos demais. Talvez a origem italiana dos produtores explique o cultivo do tomate nessa época. O fato importante é que o tomate era produzido pela população ocupada na economia exportadora dominante. Em outras palavras, dedicar-se ao plantio do tomate era pobre quem o fazia. Tanto é que os fazendeiros de café sentiam-se ofendidos com a atribuição de plantadores de tomate.

A produção de tomate assumia, para seus produtores, ao mesmo tempo valor de uso e de troca. Parte da produção era processada pelas unidades familiares e constituía elemento de sua subsistência. O tomate era cozido em tachos até "dar o ponto" — a massa de tomate — e armazenado em grandes recipientes, geralmente de vidro, para ser consumido durante o decorrer do ano. Enquanto tal, o tomate era valor de uso. Mas, ao mesmo tempo, parte da produção — a que excedia o consumo de subsistência — era vendida a intermediários, que agrupavam essa produção, e a destinavam para o processamento industrial em Jundiaí. O transporte era feito em cestas e por via ferroviária. Nessa época existia a estrada de ferro Cia. Melhoramentos de Monte Alto, com extensão de 29 km, ligando Vista Alegre ao distrito de Ibitirama, por onde passava o ramal "bitola estreita" da Cia. Paulista. A venda do tomate trazia certa renda em moeda aos produtores, e enquanto tal, tinha valor de troca para os mesmos, ou, assumia o caráter de mercadoria.

Em Jundiaí, a "CICA" era a responsável pelo processamento do tomate, distribuindo seus derivados principalmente na capital do Estado, cujo mercado interno encontrava-se em expansão.

Advinda a crise de 1929 , a produção de subsistência da região sofre um incremento, uma vez que a atividade exportadora quase que cessa, e o tomate começa a aparecer com maior vulto. Dado que o escoamento da produção era relativamente fácil, inclusive com a "CICA" incentivando esse fornecimento de matéria-prima, já que tinha que atender a um mercado crescente nos aglomeramentos urbanos que se constituíam, até os grandes produtores experimentaram o plantio da cultura, que nessa época parecia compensador.

Fruto desse incremento de produção, surgia por volta de 1931 a primeira fábrica local de processamento do tomate: a "Zamora" , pertencente à família dos Hernandes. Quase que na mesma época, outras duas fábricas semelhantes se constituem no município. Com isso, os excedentes que eram enviados para Jundiaí começaram a ser absorvidos na própria região, diminuindo sobremaneira o fluxo da matéria-prima para fora.

Essas fábricas eram bastante rudimentares, apenas um passo além da indústria familiar. Verdadeiros barracões, reuniam um volume maior de matéria-prima que era cozida em seus vários fornos, sendo a massa de tomate posteriormente embalada em vasos ou barricas, e destinados à capital, já que a indústria doméstica ainda se fazia bastante presente, inexistin-

do mercado interno local.

Por volta de 1936 , é montada em Monte Alto a primeira indústria alienígena ao local. Tratava-se da Castro Ribeiro Agroindustrial S. A. (CRAI), de propriedade do Comendador do mesmo nome, oriunda da capital. Os então responsáveis pela administração pública municipal deram total apoio à iniciativa, resultando na instalação de uma enorme fábrica na cidade. Pouco tempo depois, já no fim da década de 30 , a "CICA" e a "PEIXE" também se instalavam no município.

A instalação dessas três fábricas representa, por um lado, um novo incentivo à produção de tomate, e, por outro lado, determina a derrocada das pequenas fábricas locais. Estas, pressionadas pelo grande capital industrial, fecham suas portas. É o processo de centralização do capital, no qual os pequenos sempre levam desvantagem, sendo arruinados em proveito do grande capital.

O cultivo do tomate espalha-se por toda a região a partir da fixação dessas fábricas em Monte Alto, e cada vez mais modificam-se as condições em que é realizado. Ao lado das minúsculas áreas ocupadas com a cultura começam a aparecer plantações cada vez maiores — se bem que reduzidas em comparação às áreas plantadas atualmente. A mão-de-obra ocupada na cultura, antigamente estritamente familiar, é cada vez mais constituída por assalariados, especialmente por ocasião da colheita, que se torna mais volumosa em função dos maiores plantios.

Assiste-se à desintegração da indústria doméstica de processamento de tomate. Este vai cada vez mais adquirindo valor-de-troca, transformando-se em mercadoria. E, mais do que isso, a produção simples de mercadorias, em que cada produtor possui e opera seus próprios meios de produção, vai sendo substituída pela produção capitalista, na qual a propriedade dos meios de produção é de uns e o trabalho é executado por outros.

Dentre essas modificações, há de se dar destaque a um aspecto importante: a existência de intermediários. A mudança do local de destino da mercadoria que agrupavam leva a que os mesmos assumam uma nova função. Antes, apesar deles serem responsáveis pela entrega do tomate nas fábricas processadoras, o meio de transporte utilizado era a ferrovia, quer dizer, a propriedade do meio de transporte não lhes cabia. Agora, o tomate deve ser entregue nas indústrias em seus próprios meios de transporte — o carro-de-boi e, mais recentemente, o caminhão. Essa nova responsabilidade limita a possibilidade de qualquer pessoa vir a tornar-se intermediário. Só pode sê-lo quem tem meio de transporte.

Os intermediários recebiam da indústria uma comissão em dinheiro pela entrega da mercadoria, além do "carreto" do transporte. Firmavam contrato com as fábricas para a entrega de uma quantidade estabelecida, e, na época da safra, saíam a coletar o tomate dos produtores, que, para não terem sua colheita preterida, tratavam muito bem o intermediário. Tanto

que estes últimos eram pessoas respeitadíssimas na região.

Note-se que esses intermediários do tomate eram um tanto diferentes dos intermediários que de um modo geral existem na agricultura brasileira. Essa diferença reside no fato de que o intermediário de um modo geral é quem fixa o preço dos produtos que compra, sendo o responsável pelo pagamento da mercadoria. Em suma, é ele quem compra a mercadoria. Já no caso do tomate não. Aos intermediários cabe a função de entregar a mercadoria na indústria, sendo esta quem fixa o preço e efetua o pagamento ao produtor.

A Tabela 10 mostra a área colhida e a produção de tomate em vários municípios do Estado de São Paulo, em 1955.

TABELA 10 - Área colhida e produção de tomate no ano de 1955 em vários municípios - SP.

Município	Área colhida (ha)	Produção (t)
Monte Alto	1.936	13.068
Taiacô	250	2.625
Taquaritinga	220	2.250
Santa Adélia	121	1.750
Fernando Prestes	150	1.500
Taiuva	120	255

FONTE: Lavoura em São Paulo. Estatística Geral e Agrícola dos Municípios do Estado de S. Paulo.

Nessa época, o município de Monte Alto era não só o centro processador do tomate como também o grande produtor re

gional. Um outro produto era também extremamente importante para a economia de Monte Alto nessa época. Tratava-se do ma mão, fruta bastante cultivada no município, e que inclusive tem uma origem semelhante à do tomate. Assim, em 1957, o ma mão era o produto que aparecia em primeiro lugar em valor de produção agrícola de Monte Alto, com Cr\$ 54.000.000,00 , seguido do tomate, com Cr\$ 30.000.000,00 e do café com Cr\$ 20.710.000,00 , segundo o IBGE (1958).

Entretanto, nesse ano de 1957 , o produção de tomate já é inferior à de 1955 , mostrando os primeiros indícios de sua decadência no município. Ao mesmo tempo, bem próximo de Monte Alto, um outro local começa a ter sua produção acres dida rapidamente, e que se tornaria dentro de poucos anos, a capital nacional do tomate: trata-se do município de Taquari tinga.

A evolução do tomate nesses dois municípios durante a década de 50 pode ser visualizada na Tabela 11.

TABELA 11 - Produção de tomate, em toneladas, nos municípios de Monte Alto e Taquaritinga - década de 50

Anos	Monte Alto	Taquaritinga
1950	2.433	304
1955	13.068	2.250
1959	10.362	6.249

FONTE: IBGE

A inexistência de dados mais precisos torna impossível perceber-se a partir de que ano Taquaritinga suplanta Monte Alto em termos de produção. Porém, segundo informações outras, logo no início da década de 60 o primeiro assume a liderança na produção de tomate nessa região.

Ao que tudo indica, a pouca disponibilidade de terras em Monte Alto, devido principalmente à existência da cultura do mamão, levou a que a cultura do tomate se deslocasse para a localidade vizinha. Deve-se também considerar que o município de Monte Alto é relativamente pequeno em termos de extensão territorial, apresentando, segundo o Censo de 1970, uma área total de 28.643 ha. Para comparação, esse mesmo dado é de 53.554 ha para Taquaritinga. Aconteceu que, à medida que a cultura do tomate se expandia, ia ocupando áreas que, a partir de um determinado momento, extrapolaram os limites da demarcação política de Monte Alto, adentrando nas áreas pertencentes a Taquaritinga.

Em que pese a passagem de Taquaritinga à condição de maior produtor de tomate, a indústria processadora continuava em Monte Alto, inexistindo em Taquaritinga fábrica de grande porte que processasse o produto. Havia a Agro-Industrial Amália S.A., do grupo Matarazzo, fábrica de doces em geral e que fazia massa de tomate. Mas Monte Alto continuava como o centro de industrialização do produto.

No ano de 1966, a "PAOLETTI" adquiriu por meio de compra a "AMÁLIA". Era o início da industrialização em larga

escala no município. De uma capacidade máxima de moagem de 6 t/hora, a "PAOLETTI" ampliou as antigas instalações para 20 t/hora. No ano seguinte a "PEIXE" instala-se também em Taquaritinga, encerrando suas atividades em Monte Alto e substituindo sua antiga fábrica por outra muito melhor aparelhada e de maiores dimensões. Nesse mesmo ano, a "CICA" ampliava suas instalações e, devido ao fechamento da "CRAI", tornava-se a única fábrica processadora em Monte Alto.

A instalação das unidades industriais em Taquaritinga trouxe enorme estímulo à produção de tomate no município. Pela Tabela 12, percebemos que a produção referente a 1968 é quase o dobro se comparada à de 1967.

TABELA 12 - Evolução da produção de tomate no município de Taquaritinga - SP.

Anos	Produção (t)	Anos	Produção (t)
1950	304	1970	50.000
1955	2.250	1971	22.000
1959	6.249	1972	22.000
1965	10.000	1973	20.000
1966	21.200	1974	22.000
1967	27.000	1975	22.500
1968	48.000	1976	10.328
1969	40.000		

FONTE: IBGE para os anos de 1950 e 1959 ; Estatística Geral e Agrícola dos municípios do Estado de São Paulo para 1955 ; levantamento próprio para 1976 ; IEA para os demais anos.

Taquaritinga entra em sua fase eufórica no que diz respeito ao tomate. O jornal "A Cidade de Taquaritinga", em sua edição de 11/07/67, noticiava o fato de que um deputado havia solicitado a criação, no município, de uma estação experimental com direção de um engenheiro agrônomo especializado em hortaliças, "... considerando possuir o município o galardão honroso de maior produtor de tomate do mundo por área cultivada, quer para consumo, quer para industrialização". O tomate era nessa época quem emprestava brilho ao município. Realizaram-se "Festas do Tomate" e outras comemorações próprias à situações como essa, comuns em vários outros locais do Brasil.

Recorde-se que nessa época a cultura da laranja mostrava-se já bastante desenvolvida — Taquaritinga era, em 1970, o sétimo produtor estadual — e, conforme já mostramos, estava em franca ascensão na região. A laranja era porém ofuscada pelo tomate.

Não durou muito a euforia. Já em 1971 declina consideravelmente a produção local, levando a que se escrevesse que "Esta (a produção de tomate), em virtude de fatores que desconhecemos, vem se apagando paulatinamente, e aquele posto que ostentamos de 'Capital do Tomate', vai deixando de ter a sua razão". (Cidade de Taquaritinga, 24/07/71).

A produção de tomate estabiliza-se ao redor de 20.000 toneladas. O número de produtores declina, porém, de ano para ano. Pelo Senso Agropecuário de 1970 havia 310 estabelecimentos que se dedicavam à cultura, enquanto que o Recadastramento

de 1972 registra apenas 171 imóveis com cultura de tomate ; embora parte da diferença seja certamente devida à diferença entre os conceitos de estabelecimento agropecuário e imóvel rural, tudo indica que houve uma diminuição no número de produtores de tomate de Taquaritinga. Quando à área ocupada, esta era de aproximadamente 4.000 ha em 1968, no auge da cultura, caindo para 1.840 ha em 1972 * .

A Tabela 13 mostra a produção de tomate na região em 1972. Taquaritinga ainda é de longe o maior centro produtor , respondendo por quase metade da produção regional, apresentando

TABELA 13 - Produção total de tomate na Microregião Homogênea 612 - Serra de Jaboticabal - 1972

Município	Número de produtores	Área (ha)	Quantidade colhida (t)	Rendimento (t/ha)
Taquaritinga	171	1.839,9	20.185	11,0
Taiuva	81	733,2	5.805	7,9
Jaboticabal	45	598,3	5.275	8,8
Taiapu	80	523,5	3.668	7,0
Pitangueiras	20	262,9	2.858	10,9
Fernando Prestes	80	372,7	2.331	6,3
Monte Alto	108	449,0	2.073	4,6
Vista Alegre do Alto	68	347,2	1.917	5,5
Pirangi	102	372,4	1.748	4,7
Bebedouro	10	144,1	934	6,5
Santa Ernestina	6	55,5	302	5,4
Total	847	5.698,7	47.096	8,3

FONTE: INCRA

(*) Os dados são do IBGE (1972) , INCRA (1972) e IEA (1968)

também a mais alta produtividade. É importante observar que a área média ocupada com tomate por produtor é bastante superior em Taquaritinga (10,8 ha) se comparada com Monte Alto (4,2 ha). De um modo geral, isso reflete o fato de que o cultivo do tomate, ao deslocar-se deste último município para o primeiro, assume características diferentes. A produtividade por área também espelha essa transformação.

A estratificação dos produtores de tomate em Taquaritinga pode ser observada na Tabela 14. Essa tabela mostra bem que o tomate é mais cultivado nas médias propriedades, diferentemente do que aconteceu na época do início da cultura na região, quando o tomate era um produto típico de pequenas propriedades.

TABELA 14 - Produção de tomate em Taquaritinga, SP, por estrato de área total - 1972

Estratos (ha)	Nº imóveis c/tomate	Área média	Quantidade (t)	Rendimento (t/ha)
0 - 5	3	0,97	13	4,5
5 - 10	4	3,0	114	9,5
10 - 25	30	3,2	616	6,4
25 - 50	48	6,3	1.515	5,0
50 - 100	50	11,3	6.813	12,1
100 - 200	19	20,6	5.300	13,5
200 - 500	16	27,8	5.714	12,8
mais de 500	1	24,2	100	4,1
Total	171	10,8	20.185	11,0

FONTE: INCRA

Resta-nos, nesse item, após essa colocação geral da evolução da agroindústria na região, amarrar essa evolução com o desenvolvimento histórico da agricultura regional como um todo, buscando outros parâmetros que nos ajudem a explicar mais globalmente o fenômeno da expansão da agroindústria do tomate.

Se reportarmos à época da decadência do café, percebemos que a região permanece um longo período com a agricultura relativamente estagnada, praticando uma agricultura diversificada. Contribuía para isso a liberação de terras anteriormente ocupadas com o café, na medida em que este ia sendo erradicado. Porém, mais importante do que essa liberação de terras, era o fato de terem permanecido incultas grandes extensões de terras não desbravadas, seja com o café ou com o algodão, muitas vezes porque sua fertilidade era inferior. As terras incultas, mantidas como pastagens naturais, eram ocupadas com a pecuária e com os animais de tração ocupados na agricultura. Em suma, a fronteira agrícola das áreas agricultáveis não deve ter-se expandido muito, e, quando isso acontecia, as matas eram derrubadas e em seu lugar formavam-se pastagens naturais.

Foi exatamente essa disponibilidade de terras, principalmente na forma de pastos naturais, que permitiu o desenvolvimento da cultura do tomate. Na verdade, a cultura do tomate a parece como grande desbravadora das áreas não ocupadas com culturas. Devido ao fato do impedimento do plantio do tomate na mesma área por anos consecutivos, por causa do ataque de doenças, sucessivamente novas áreas eram destinadas ao seu plantio,

enquanto que as anteriormente utilizadas eram ocupadas com outras culturas. Esse fenômeno pode ser visualizado na Tabela 15 .

TABELA 15 - Utilização das terras em Taquaritinga, SP.
1950 , 1960 e 1970

Ocupação	Área (ha)		
	1950	1960	1970
Culturas permanentes	5.550	4.540	9.978
Culturas temporárias	13.388	13.095	16.281
Pastos naturais	39.163	18.069	1.981
Pastos artificiais	2.062	11.900	16.025
Matas naturais	1.747	3.210	1.911
Matas plantadas	1.335	1.430	628
Terras incultas	3.662	1.413	4.366

FONTE: IBGE - Censos Agrícolas.

O ano de 1950 deve ser comparado com cuidado aos demais, já que o município de Taquaritinga foi desmembrado nessa década. Entre 1960 e 1970 , entretanto, os dados são homogêneos, permitindo a comparação imediata. O que vemos é a área de culturas aumentando, principalmente a referente às culturas permanentes, enquanto cai drasticamente a área ocupada com pastos naturais. O Recadastramento do INCRA de 1972 já nos traz uma área de 13.342,1 ha ocupada com culturas permanentes, e 16.124,9 ha com culturas temporárias. Sem dúvida, é a cultura de laranja que contribui em maior parte para esse enorme aumento da área das culturas permanentes no município.

A nível regional, é necessário termos em conta que por volta de 1950 o município de Bebedouro já se encontrava bastante ocupado com a cultura da laranja, enquanto que a cana-de-açúcar era dominante nos municípios de Sertãozinho, Guariba e Pradópolis. Entre essas localidades situam-se Monte Alto e Taquaritinga, configurando um certo vácuo que veio a ser ocupado com a cultura do tomate, entre outras. A Serra de Jaboticabal pode ser imaginada como um limite geográfico e físico — que envolve também uma mudança no padrão de solo — que demorou a ser transposto pela expansão agrícola, principalmente canavieira, que teve seu centro em Ribeirão Preto.

6 - A AGROINDÚSTRIA DO TOMATE HOJE

A produção de tomate em Taquaritinga, e em toda a região, sofreu um acentuado declínio no ano de 1976. O ataque, particularmente forte nesta última safra, da doença "Requeima do Tomateiro", causada pelo patógeno *Phitophthora infestans*, ocasionou grandes perdas na produção da olerícola. A perda média por produtor foi segundo nossos dados, ao redor de 48%, havendo entretanto produtores que perderam a quase totalidade da cultura ao lado de outros com perdas bem pequenas. Essa diferença deveu-se, principalmente, à época de plantio da cultura, tendo menores perdas quem realizou o plantio mais tardio.

Alguns parâmetros, como a área plantada e o número de produtores, mostram-nos que a cultura do tomate encontra-se declinante no município, visto que o número de produtores em 1976

foi de 71 , plantando uma área de 806,3 ha de tomate, mostrando uma redução de 58,5% e 52,6% respectivamente, se comparados aos dados do ano de 1972 *. Como a produção total caiu menos do que isso (48,8%) , pode-se concluir que entre 1972 e 1976 houve um aumento na área média com tomate por produtor e na produtividade por área do mesmo, apesar do ataque da doença neste último a no.

Esse aumento na área média e também na produtividade por hectare deve ser atribuído à participação dos arrendatários na produção de tomate. Pela Tabela 16 , observamos que a área média com tomate dos arrendatários é duas vezes maior do que a de proprietários ou parceiros. Em termos de produtividade, es ta foi de 13,8 t/ha para os primeiros contra 10,8 t/ha para os proprietários.

TABELA 16 - Número de produtores e área plantada com tomate segundo a condição do produtor. Taquaritinga, SP. 1976

	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Total
Nº produtores	53	13	5	71
Área total (ha)	484,0	267,6	52,1	803,5
Área média	9,1	20,6	10,4	11,3

FONTE: Questionário

(*) Os dados de 1972 são do INCRA e os de 1976 são baseados em nossos levantamentos

Este fenômeno da importância crescente de arrendatários na produção de tomate é relativamente recente. Historicamente, sempre existiu essa categoria de produtor, mas nunca com peso importante. Mais recentemente, porém, a importância de arrendatários na cultura de tomate tem sido crescente, por motivos que tentaremos deixar mais claros no decorrer do trabalho.

É preciso ressaltar que, apesar das áreas plantadas com tomate serem pequenas, a área total da propriedade de quem o planta, conforme mostramos na Tabela 14, é bem superior, ou seja, de um modo geral, o tomate não é atualmente uma cultura de pequenos proprietários. Muitas vezes um grande proprietário cultiva uma pequena extensão de área com tomate, levando-nos à falsa impressão de que o tomate é uma cultura de pequena propriedade. Baseados nos dados de nosso levantamento, construímos as Tabelas 17 e 18 que mostram esse fato.

TABELA 17 - Produção de tomate entre os proprietários por estrato de área total. Taquaritinga, SP. - 1976

Estratos (ha)	Nº produtores	Área média com tomate (ha)
menos de 10	1	0,7
10 - 25	7	5,7
25 - 50	9	6,6
50 - 100	12	9,4
100 - 200	5	12,3
mais de 200	5	16,0

TABELA 18 - Número de produtores de tomate por estrato de área com tomate. Taquaritinga, SP - 1976

Estratos (ha)	Nº produtores
0 - 5	18
5 - 10	23
10 - 15	19
mais de 15	11

As condições do plantio do tomate estão bastante relacionadas com o seu cultivo em pequenas áreas, principalmente pelos proprietários rurais. No momento, e mais do que nunca, o tomate é uma cultura de expansão da fronteira agrícola interna das áreas com culturas. Plantado quase que totalmente em áreas chamadas de "gramão" — pastos em que predomina a grama Batatais — a cultura do tomate nada mais é do que uma transição à ocupação dessas áreas com outras culturas, geralmente a laranja. A área com gramão é arada e preparada no início do ano e logo depois plantada com o tomate rasteiro, uma vez que durante essa época do inverno poucas culturas têm condições de se desenvolverem satisfatoriamente.

Após a colheita do tomate, ou é formado o laranjal, ou então a área é ocupada com culturas temporárias, principalmente o amendoim, milho e arroz. No caso da área destinar-se à laranja, como essa cultura demora de dois a três anos para se desenvolver razoavelmente e "fechar" o pomar, os espaços interca-

lares são ocupados com culturas temporárias, entre elas o tomate. No ano pesquisado, 35,3% dos produtores de tomate plantavam-no intercalado no laranjal em formação. É interessante observar que, dentre os arrendatários, dois deles cultivam o tomate intercalado com a laranja pelo fato de serem formadores de pomares para os proprietários das terras.

Aqui aparece um primeiro ponto que merece destaque: o fato de os produtores de tomate não serem especializados na produção do mesmo, ou seja, o tomate não é a atividade principal de quem o planta, salvo, é importante, os arrendatários. A maior parte dos atuais proprietários produtores de tomate têm a principal atividade agrícola centrada na laranja, sejam eles pequenos ou grandes proprietários, como atesta a Tabela 19.

Pode-se dizer que, ao mesmo tempo que o tomate é um dos suportes da implementação da cultura da laranja, já que proporciona uma renda em dinheiro que muitas vezes ultrapassa o custo de formação do laranjal, seu cultivo é atualmente possibilitado em grande parte pela existência da cultura da laranja. O que se percebe é que na cultura do tomate são utilizados meios de produção "a priori" destinados à laranja, especialmente máquinas. Assim é que os pulverizadores utilizados na aplicação de defensivos são aqueles utilizados no laranjal ; o trator que trabalha a terra para o tomate é o mesmo que gradeia o pomar. Mesmo com insumos esse fato ocorre, se bem que em menor proporção, pois 52,3% dos proprietários agricultores fizeram financiamento de custeio para o tomate, com vistas à aquisição de adubos

e pesticidas, com um valor médio de Cr\$ 2.590,00 / ha de tomate. Para os não proprietários esses mesmos dados são 75% e Cr\$ 2.550,00 , respectivamente.

TABELA 19 - Áreas com outras culturas entre os proprietários produtores de tomate. Taquaritinga, SP. 1976

Cultura	Área (ha)	% da área total
Laranja	1.310,9	30,9
Pasto	937,8	22,1
Cana	0,0	0,0
Goiaba	141,7	3,3
Tomate	403,9 (3)	9,5
Outras culturas temporárias (1)	1.212,9	28,7
Outras culturas permanentes (2)	233,3	5,5

FONTE: Questionário

(1) Essa área está superestimada, já que foi obtida por diferença, incluindo portanto áreas da sede, estradas, etc.

(2) Café principalmente.

(3) Essa área inclui os proprietários amostrados menos cinco questionários que não dispunham de observações sobre área com outras culturas.

Cerca de 28% dos atuais produtores de tomate ou não pretendem produzi-lo no próximo ano ou mostram-se indecisos. A maioria dos mesmos apresenta como principal justificativa o fato de não disporem de áreas para o seu plantio, mostrando que quase a totalidade do universo agrícola de Taquaritinga já está tomada com culturas, temporárias ou permanentes, restando muito pouco

de pastagens naturais a serem "desbravadas" com o tomate, o que, sem dúvida, é uma séria limitação ao desenvolvimento dessa cultura no município. Sua continuidade é também limitada pela cultura da laranja, sendo possível o cultivo intercalar só enquanto os laranjais não estiverem formados. A própria cultura de cereais está sendo esmagada pela monocultura da laranja.

Esses comentários reforçam a idéia expressada anteriormente de que a disponibilidade de terras é um fator importante no desenvolvimento da cultura do tomate na região. Apegar-se entretanto a esse ponto como explicação de declínio da cultura é ficar ao nível do fenômeno, superficial portanto. Torna-se necessário buscar pontos que expliquem o porquê do tomate ser preterido pelos produtores. Realmente, deve existir algum problema com a cultura do tomate que o caracteriza como uma cultura produzida com a finalidade de cobrir os custos de uma outra, ou seja, uma linha de exploração suplementar para muitos produtores. O entendimento desses problemas significa atingir-se a essência do fenômeno em questão, aquilo que realmente explica o que nos aparece no mundo real, dos fenômenos portanto. E, não temos dúvida, a essência deve ser buscada no relacionamento entre os produtores rurais e a indústria processadora do tomate. O aprofundamento nessa problemática permite-nos apreender os fatores que levaram ao declínio da produção de tomate na região.

Atualmente os agricultores que se dedicam ao plantio do tomate firmam um contrato de compra e venda com a indústria, no qual é estabelecida a área a ser plantada, as épocas de plan-

tio, a qualidade exigida para o processamento, além de outras cláusulas, e o preço a ser pago pelo tomate, bem como a obrigação da indústria de transportar o produto em tempo tal que ele não se deteriore.

A partir do momento em que as fábricas começaram a usar o sistema do contrato direto com os produtores — desde 1971 — deixa de existir a necessidade dos antigos intermediário que coletavam o produto e o entregavam na indústria. Se anteriormente a indústria controlava indiretamente a produção de sua matéria prima, hoje esse controle é direto. As fábricas têm um corpo de técnicos que diariamente percorrem os produtores, colhendo informações sobre o andamento da cultura: se o plantio foi efetuado nas épocas estabelecidas pelo contrato; se a germinação foi boa; se tem havido ataque de doenças; enfim, todos os dados necessários para que a indústria tenha uma perfeita previsão acerca da matéria prima que processará.

Inclusive a assistência técnica é muitas vezes dada pela própria indústria, conforme pode ser visto na Tabela 20. Essa assistência dada pelos técnicos da indústria é comparável à prestada pelos vendedores de pesticidas. No fundo, o interesse maior não é o agricultor, mas sim o capital que os técnicos servem.

A dependência dos produtores rurais manifesta-se em vários aspectos, desde o plantio, com sementes fornecidas pela indústria, até o pagamento da produção entregue, feita em notas promissórias a serem resgatadas no prazo de 90 dias (50% do va-

lor) e 120 dias (50% restantes).

TABELA 20 - Origem da assistência técnica aos produtores de tomate - Taquaritinga, SP., 1976

Fontes	Porcentagem ⁽²⁾
Casa da Agricultura	29
Indústria	27
Vendedor de Pesticidas	33
Outras ⁽¹⁾	36

(1) Principalmente orientação própria

(2) A assistência não é exclusiva

Esse contrato serve mais como garantia para a indústria do que para ser efetivamente cumprido em seus vários itens. Ao inquirirmos os produtores rurais sobre o contrato, os mesmos diziam que não servia para nada, explicando que quando a safra corria bem e a produção era das melhores, as fábricas não respeitavam as cláusulas contratuais, especialmente aquelas que diziam respeito ao transporte e recebimento do tomate; quando a safra era ruim, como essa última, em que havia falta de matéria prima, as fábricas aceitavam tomate de qualquer qualidade, não fazendo nem classificação do produto recebido, chegando inclusive a aumentar o preço estipulado no início da safra e constado no contrato.

De qualquer maneira, as características do contrato mostram as condições de barganha entre os dois setores envolvi-

dos. Esse ponto assemelha-se bastante com o sistema de cotas, empregado pelas usinas de açúcar com respeito aos fornecedores de cana. É uma maneira de se moldar a produção agrícola de acordo com as necessidades e possibilidades da indústria.

Vários outros aspectos merecem ser destacados para mostrarem não só um conflito de interesses entre a agricultura e indústria, ou melhor, entre as classes envolvidas nesse conflito, mas principalmente a predominância do capital industrial sobre o agrícola.

Um primeiro aspecto é o ligado ao recebimento e classificação do tomate nas fábricas. Na safra de 1974 houve uma enorme produção, principalmente nas novas regiões de plantio, caso das regiões Paulista e Noroeste do Estado, produção essa além das expectativas das fábricas, ocasionando uma crise de superprodução. A "PAOLETTI", recém-montada em Araçatuba naquela época, desviou grande parte da produção daquela região para o processamento na fábrica de Taquaritinga, sobrecarregando esta última. O que se viu foi a formação de enormes filas de caminhões carregados com tomate, que chegavam a esperar um, dois e até três dias para descarregar o produto. Esses caminhões eram muitas vezes fretados pelos produtores e permaneciam horas e horas nas filas, enquanto os caminhões da própria fábrica não respeitavam a fila e descarregavam a mercadoria.

A carga dos caminhões que permaneciam na fila começava a se deteriorar e, devido ao sol, os tomates se desidratavam, perdendo água, e, por conseguinte, perdendo peso. No momento

em que a carga era recebida, a fábrica descontava na classificação da mercadoria, que era inferior, além da perda de peso, já que o tomate é pago por tonelada entregue. O produtor saía, portanto, duplamente lesado.

Não é somente em épocas de crise como essa que existem problemas no recebimento da mercadoria. A queixa dos produtores quanto a esse ponto é constante. Em termos médios, pode-se dizer que o desconto devido à classificação da matéria-prima situa-se entre 15 a 20%. Outro problema, ainda com respeito a esse ponto, embora de difícil comprovação, diz respeito à própria pesagem do tomate. Muitos agricultores reclamam que sua colheita pesa menos na balança da indústria. Contam-se casos de quem pesou de antemão a carga a ser enviada, e a diferença foi da ordem de 800 kg em um caminhão de tomate. Verdade ou não, todos os produtores acreditam no caso, mas sentem-se impotentes para fazer algo.

Talvez o principal aspecto no relacionamento entre os produtores de tomate e as indústrias seja a questão do preço da matéria-prima. Mesmo porque, descontos como os efetuados na classificação e recebimento do tomate podem ser encarados como uma diminuição no preço estipulado para a matéria-prima.

A fixação do preço mínimo a ser pago pelo tomate entregue na indústria mostra as condições de relacionamento entre os setores. Os representantes da indústria processadora e das instituições governamentais envolvidas reúnem-se com certa antecedência e estabelecem o preço da tonelada de tomate. Não há par

ticipação direta dos produtores, mesmo porque não existe uma entidade representativa dos tomaticultores. Ora, o preço estabelecido tende ser muito mais favorável à indústria do que aos produtores agrícolas.

GUIMARÃES (1976), num estudo sobre o complexo agroindustrial no Brasil, assim se refere à questão dos preços: "É do interesse da indústria em geral — e não só dos industriais atuantes no complexo agroindustrial — que os preços agrícolas sejam baixos, pois com isso, os salários na indústria ficam aliviados das pressões decorrentes dos altos custos da alimentação; assim na medida em que essas pressões ocorrem, os preços agrícolas mais altos causam altas salariais indesejáveis para o conjunto da indústria. No que toca às indústrias processadoras, altos preços agrícolas têm dupla inconveniência, primeiro por afetar os níveis dos salários e, segundo, por significarem altas dos preços das suas matérias-primas".

Realmente, o mecanismo de preços é um importante mecanismo através do qual a indústria exerce sua influência sobre o setor agrícola. O que nos parece fundamental nessa questão é o grau de competição entre os setores envolvidos. Enquanto o setor industrial apresenta-se oligopolizado, a produção agrícola é pulverizada. BARAN e SWEETZ (1974:60-61), analisando o capitalismo monopolista, afirmam que "A pequena empresa se localiza na extremidade receptora, reagindo às pressões das grandes empresas e em certa medida modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e ainda menos de exercer uma

iniciativa independente própria. (...) as empresas menores deveriam ser tratadas como parte do ambiente dentro do qual operam as grandes empresas, e não como um ator no palco".

É por demais sabido que um mercado oligopolista leva a lucros mais elevados. No caso da indústria processadora de tomate, a posição de oligopólio e oligopsônio leva a uma situação privilegiada frente aos produtores da matéria-prima, uma vez que somente três grandes indústrias — a "PEIXE" e a "PAOLETTI" em Taquaritinga, e a "CICA", em Monte Alto — são responsáveis pela industrialização do tomate produzido por um sem número de produtores.

De acordo com SWEEZY (1973:305-306) "A mais-valia total da sociedade é dividida em numerosos segmentos, cada qual correspondendo em volume à porção do capital social de onde resulta. É regra geral que a proporção acumulada aumenta com o volume do segmento de mais-valia. ~~Disso~~ se segue que a centralização em si, reduzindo o número e aumentando o volume dos segmentos, terá o efeito de elevar a taxa de acumulação obtida de um determinado total de mais-valia. O monopólio intensifica esse efeito transferindo a mais-valia dos capitalistas menores para os maiores".

Vemos portanto que é ao nível das relações de mercado que parte do excedente gerado no setor agrícola se transfere para o setor não-agrícola, alimentando o processo de acumulação do capital industrial.

No entanto, é preciso ficar claro que, sob pena de se ver tolhido no fornecimento da matéria-prima, o preço estabelecido deve ser tal que não leve os agricultores à desistência da produção.

AMIN (1977:31) , coloca que as observações normalmente feitas a respeito da distorção dos preços relativos em detrimento dos preços agrícolas, observações cuja ênfase se coloca ao nível da estrutura de procura ou da estrutura do mercado, apesar de corretas, são insuficientes para a explicação da submissão da agricultura, dizendo que uma das condições que permite essa submissão "... é a intervenção do capital dominante no próprio processo produtivo da agricultura. Este capital não é aquele utilizado na própria agricultura sob a forma de equipamentos avaliáveis na exploração agrícola. É o do complexo industrial e comercial alimentar, situado como avalista dos produtores rurais. Este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização".

Num apanhado geral, o quadro que temos é o seguinte: estabelece-se um preço pouco compensador aos produtores agrícolas ; quando a produção é enviada para a indústria há descontos por causa da qualidade da mercadoria ; já classificada, a mercadoria sofre uma pesagem não muito fiel ; por último, do pouco que recebeu pela sua produção, os agricultores recebem o pagamento em notas promissórias descontáveis em 120 dias. Está cla

ro que este quadro não é dada favorável aos agricultores, e à agricultura como um todo.

A única maneira dos produtores de tomate conseguirem um maior lucro com a cultura é destinarem parte da produção para o mercado "in natura", pois os preços são muito mais compensadores. Neste último ano, o preço mínimo estabelecido para o tomate foi de Cr\$ 0,55/kg, passando logo depois, dada a falta de matéria-prima, para Cr\$ 0,60/kg de tomate. Nessa mesma safra o preço do tomate — pago ao nível do produtor — vendido para o mercado "in natura", subiu de Cr\$ 1,50 para Cr\$ 3,00/kg, do início ao fim da safra.

É certo que os preços estavam anormalmente elevados devido a que o ataque da doença a que nos referimos foi geral, atingindo também os produtores de tomate envarado em outras regiões do Estado, levando a uma situação de escassez do produto. De qualquer maneira, os preços do tomate para mercado são bem superiores àqueles pagos ao tomate para industrialização, mesmo considerando-se a diferença na qualidade do produto. Aos preços prevalecentes no mercado do ano considerado, era muito mais vantajoso esse canal de comercialização que a industrialização. E foi o que aconteceu. Segundo nossos dados, 38% da produção de Taquaritinga da safra de 1976 foi destinada ao mercado "in natura". Nos anos anteriores a destinação média da produção para esse mercado tem sido da ordem de 15%.

O grande comprador da região é o Rio Grande do Sul, que compra tomates no início da maturação, verdes ainda, devido à

distância do destino. Vários outros Estados, inclusive o Pará, também adquiriram em Taquaritinga tomate para mercado. O mercado local foi igualmente grande comprador, já que os preços alcançados no varejo eram tentadores, havendo uma enorme procura por parte de intermediários que desejavam um quinhão do grande negócio que estava sendo o tomate, cujo preço no varejo era Cr\$ 8,00 por kg no início da safra, passando para Cr\$ 14,00/kg logo depois. Apesar do preço pago ao produtor estar sendo compensador, a margem de comercialização era por demais alta, possivelmente muito superior aos custos da comercialização, sobrando ao intermediário um lucro extraordinário difícil de ser justificado.

Não resta dúvida que o produtor conseguiu uma certa renda advinda do tomate. Apesar de ter sua produção perdida em parte, devido à doença, a possibilidade de destinar tomate para o mercado "in natura" compensou a perda. E o tomate é assim mesmo, segundo os produtores. Dá "dor de cabeça" mas nunca dá prejuízo.

Para a indústria, anos como esse último trazem duplo problema. Além de ter o recebimento da matéria-prima comprometido por causa das perdas na produção, esse recebimento é agravado com a destinação do produto ao mercado "in natura". E até certo ponto tem que se mostrar complacente, para assegurar a produção dos anos vindouros.

Após essas considerações, fica claro o entendimento do caráter da produção de tomate na região. Apesar de ser uma cultura que em geral não dá prejuízos, ela é altamente ins-

tável quanto a seus resultados, basicamente porque os produtores não têm qualquer amparo na indústria processadora. E nem é de se esperar que tivessem. Ao contrário, eles têm sido constantemente espoliados pelo capital industrial, a não ser em épocas que, por uma questão de sobrevivência deste último, as rédeas que os mantêm presos são afrouxadas. Trata-se porém de uma falsa liberdade, e tão logo as condições se normalizem, o ímpeto expropriador do capital industrial é revigorado.

Quando dizemos que a cultura do tomate não dá prejuízos, é necessário ter em vista que a cultura é uma linha de exploração suplementar para os produtores, como tentamos salientar no início desse capítulo. Aliás, é por esse motivo que fica difícil confirmar se o produtor tem ou não lucro com o tomate. O simples cálculo do custo de produção da cultura pouco mostraria, já que a contabilização de alguns custos, principalmente a depreciação do capital constante, é incluído no custo da laranja. Desse modo, somente a contabilidade total da propriedade mostraria se o produtor tem lucros ou não, e mais ainda, se está acumulando capital. Mas mesmo assim, seria difícil comprovar a contribuição do tomate na rentabilidade do produtor agrícola.

Essa questão tem interesse quando nos indagamos a respeito de se os produtores de tomate produzem em condições de reprodução simples ou ampliada, ou seja, se há somente uma reposição do capital empregado ou se há efetivamente acumulação de capital. Há alguns aspectos que podem ser considerados no caso. A grande maioria (82%) dos atuais produtores de tomate dedicam-

se à cultura há mais de dez anos. De um modo geral, o índice de mecanização dos produtores é relativamente elevado, com uma média de 1,5 trator por produtor, havendo somente quatro deles que não dispõem de tal máquina. Desses tratores, 64% podem ser considerados novos, com ano de fabricação entre 1972 e 1976. Com algumas restrições, essa aquisição de novos tratores serve como indicador da ocorrência de um processo de capitalização. Como porém nosso objetivo principal não é constatar se há acumulação de capital na agricultura, preferimos deixar a questão em aberto. Importa entretanto salientar que os produtores rurais apresentam uma certa utilização de máquinas agrícolas, notada não só pelo uso de tratores, como também de outros implementos, como arados, grades e pulverizadores motorizados, mostrando um certo nível de desenvolvimento capitalista.

Falta-nos ainda discutir um problema importante no relacionamento agricultura-indústria no caso do tomate. Já dissemos anteriormente que o pagamento da matéria-prima pela indústria é feito na base de promissórias, e que isso é um ponto de discórdia por parte dos produtores, que reclamam o pagamento à vista, ou pelo menos em tempo curto e com maiores garantias.

O argumento usado pela indústria para justificar essa forma de pagamento é o da falta de capital de giro suficiente para pagamentos à vista. Isso mostra a influência das condições da produção agrícola sobre o ciclo de reprodução do capital in-dustrial. Como o tomate apresenta sua colheita durante um pequeno período do ano, a possibilidade de fabricação de derivados

de tomate é também restrita a um só período. A indústria não é nada interessante ter o seu capital ocioso durante grande parte do ano, como coloca MARX (1975_b:333-334): "Quanto mais curto o período de rotação do capital, quanto mais reduzido os prazos de sua reprodução dentro do ano, tanto mais rapidamente se transforma a parte variável do capital adiantado originalmente sob a forma dinheiro na forma dinheiro do produto-valor (que inclui mais-valia) criado pelo trabalhador para substituir esse capital variável ; tanto menor, por conseguinte, o tempo pelo qual o capitalista tem de adiantar dinheiro do seu cabedal, tanto menor, relativamente a dado volume de produção, o capital que adianta, e tanto maior, relativamente, a massa de mais-valia que obtém durante o ano com dada taxa de mais-valia, pois pode com mais frequência e continuamente readquirir os trabalhadores e pôr seu trabalho em movimento, com a forma dinheiro do valor que eles mesmos produziram".

Além de realizar o pagamento pela matéria-prima 90 e 120 dias após o recebimento, duas fórmulas são utilizadas pela indústria para diminuir o período de reprodução do seu capital: a primeira é o processamento de outros produtos além do tomate e a segunda é a dilatação dos períodos de plantio do tomate.

Quanto ao primeiro ponto, além do tomate, as fábricas processam ainda goiaba, laranja, batata-doce e milho verde, transformando-os em doces. Dentre esses produtos agrícolas, a goiaba é a mais processada, tendo atualmente um volume considerável. É interessante que a "PAOLETTI" produz grande parte da goiaba

que industrializa em propriedades próprias. A área total das propriedades do Sr. Francisco Carmelo, presidente da PAOLETTI, é de 247 ha — repartidos em quatro propriedades —, encontrando -se ocupadas em grande parte com goiaba e outros produtos industrializáveis, exclusive tomate. No entanto, muitos outros proprietários dedicam-se ao cultivo da goiaba, que tem uma área plantada em Taquaritinga ao redor de 800 ha.

Grande parte dos problemas enfrentados com respeito ao tomate se repetem com a goiaba, com um agravante: essa cultura é permanente, levando à maior dependência dos produtores em relação à indústria.

No que diz respeito ao segundo ponto, a indústria estabelece no contrato que firma com os produtores, épocas diversas de plantio, abrangendo desde janeiro até junho, numa tentativa de ampliar o prazo de colheita, ao mesmo tempo que evita problemas de acúmulo de matéria-prima em determinada época. A possibilidade do plantio tardio, em maio ou junho é dada pela irrigação da cultura. Apesar dos tomaticultores de Taquaritinga não usarem irrigação, as outras recentes regiões produtoras, principalmente a de Novo Horizonte, garantem o fornecimento mais tardio, de tomate irrigado, atendendo às necessidades da indústria.

Através desses meios é possível à indústria diminuir o período de rotação do capital empregado, possibilitando uma mais frequente utilização de trabalho, pago com a forma do valor que esse próprio trabalho produziu, diminuindo as necessidades de adiantamento de capital pela indústria e conseqüentemente, aumen

tando as possibilidades de lucro, razão da própria existência do capital.

Necessitamos agora mostrar algumas características ligadas aos produtores agrícolas que nos permitam enxergar melhor a origem do excedente econômico transferido para a indústria, e portanto justificar o enquadramento da agroindústria do tomate na terceira forma de extração de excedente, discutida a nível teórico no terceiro capítulo deste trabalho.

As características mais importantes dizem respeito à utilização de mão-de-obra na cultura. A grande exigência de trabalho no tomate ocorre por ocasião da colheita. A planta produz os frutos em pencas que vão amadurecendo sucessivamente e que devem ser apanhados num tempo relativamente curto para que não se deteriore e sofram descontos anormais ao serem entregues para processamento. Como a produção de tomate é contínua, o tempo de colheita estende-se por cerca de dois meses, e até mais, sendo efetuada em intervalos de sete a dez dias. Dado essa característica do tomate, há necessidade de um grande volume de trabalho por ocasião da colheita. Segundo nossos dados, do total de trabalho utilizado na cultura, 75% é por ocasião da colheita, 20,5% em tratos culturais e somente 4,5% no plantio.

Nos primórdios do desenvolvimento da cultura na região, como os produtores eram pequenos proprietários e não dispunham de condições para contratarem mão-de-obra, a colheita era realizada em forma de mutirão entre as famílias que se dedicavam ao

cultivo do tomate. Além do mais, as áreas eram menores e conseqüentemente, o volume de produção a ser colhido também o era. Mas mesmo nessa época, já se utilizava trabalho assalariado, principalmente por aqueles que plantavam áreas maiores — em torno de 6 a 10 ha. Com o enorme aumento da produção regional, o uso de trabalho assalariado foi ficando comum, tornando-se quase obrigatório aos tomaticultores.

Atualmente, os produtores de tomate de Taquaritinga distribuem-se da seguinte maneira quanto à ocupação de mão-de-obra:

- 12,5% usam somente trabalho familiar;
- 19,6% não utilizam mão-de-obra faminlir;
- 67,9% usam mão-de-obra familiar mais permanentes e/ou temporária;
- 41,0% dos proprietários têm empregados permanentes , num total de 99 pessoas.

O aspecto quantitativo é porém mais importante que o tipo de mão-de-obra utilizada. O trabalho familiar representa cerca de 24,4% do total de trabalho utilizado na cultura do tomate, o restante sendo trabalho assalariado, seja permanente (2,2%) , seja temporário (73,4%). A utilização do trabalho familiar é mais intensa por ocasião do plantio e dos tratos culturais, onde representa, respectivamente, 47 e 41% do total nessas operações. Na colheita representa somente 18% do total. Essa maior utilização do trabalho familiar no plantio e em tratos culturais é explicada pelo fato dessas operações serem bastante mecanizadas, e a mão-de-obra familiar é utilizada na ope-

ração das máquinas agrícolas, desde o preparo do solo e plantio até a pulverização de pesticidas, configurando-se portanto como um trabalho qualificado.

O maior volume de mão-de-obra utilizada, particularmente na colheita, é aquela conhecida como "bóia-fria", tão comum em regiões de agricultura desenvolvida no sentido capitalista. Como a colheita deve ser efetuada num tempo curto, contratam-se turmas de trabalhadores volantes que, em um ou dois dias, fazem o trabalho, deslocando-se em seguida para novo local de colheita. O pagamento pelo seu trabalho é feito, quando da colheita, por caixas de tomate apanhadas, e quando em tratamentos culturais, por dia de serviço. Em muito pouco diferem dos trabalhadores volantes empregados nas regiões canavieiras. Talvez a única diferença é que a colheita do tomate exige um trabalho menos árduo que o corte da cana, levando a que os "bóias-frias" do tomate sejam em grande parte mulheres e jovens. Mesmo porque o início da colheita do tomate coincide com a da cana-de-açúcar, concorrendo em mão-de-obra com essa última. Então, à colheita da cana destinam-se aqueles aptos para um trabalho relativamente mais pesado.

Apesar de existirem produtores que não usam trabalho assalariado, ou o fazem eventualmente, o seu número é reduzido, bem como a área que cultivam. A regra é a existência de trabalho assalariado, existindo inclusive uma alta porcentagem de produtores de tomate que têm trabalhadores permanentes em suas terras, apesar de os utilizarem pouco na cultura do tomate.

Creemos que as características descritas são suficientes para mostrar que a agricultura do tomate em Taquaritinga se configura como uma produção capitalista. Realmente, a produção de tomate é realizada atualmente por médios produtores, em geral pequenos capitalistas agrícolas. Todos os artifícios utilizados pelo capital industrial discutidos anteriormente são formas através das quais uma parte do excedente econômico gerado na agricultura é transferido para a indústria. Esse excedente tem como principal gerador o trabalho assalariado necessário à reprodução do capital empregado na agricultura. Trata-se, em última instância, de transferência de mais-valia da agricultura para a indústria.

7 - CONCLUSÕES

Na análise que fizemos da agroindústria do tomate numa região do Estado de São Paulo, percebe-se claramente com o capital industrial vai tornando-se dominante na agricultura à medida que o sistema capitalista se desenvolve. Num primeiro momento dessa investida, o capital industrial destrói as bases da indústria doméstica rural, ao mesmo tempo que leva à ruína os pequenos capitais aplicados no mesmo ramo de produção em que se desenvolve o grande capital. Após a consolidação das bases sobre as quais dar-se-á a acumulação de capital no determinado ramo de produção, o capital dominante parte para a subordinação das suas fontes de matéria-prima, para a expropriação dos produtores rurais.

A expropriação dos produtores rurais pode ser total, no sentido de privá-los de qualquer meio de produção a não ser o trabalho, que passará a ser o único meio de sobrevivência dos antigos produtores. Nesse ponto, a dependência da agricultura à indústria será total, e o trabalho aplicado na primeira encontra-se subordinado diretamente à segunda.

Há, entretanto, situações em que a expropriação dos produtores agrícolas não se realiza totalmente, continuando a existir a detenção dos meios de produção pelos produtores. Isso porém não impede que os mesmos sejam explorados indiretamente pelo capital. Nessas condições, a subordinação do trabalho ao capital industrial se faz de maneira indireta e parcial. Assim, o trabalho efetuado na agricultura encontra-se subordinado ao capital aplicado nesse setor. Mas, desde que esse último luta em condições desiguais e desfavoráveis com o grande capital industrial, a esse cabe uma parcela do trabalho excedente gerado na agricultura.

A agroindústria do tomate analisada parece-nos encaixar bastante bem nesse último caso. As indústrias processadoras da matéria prima dominam de tal maneira a produção agrícola que uma parte do excedente econômico gerado na agricultura é transferido para o setor industrial, favorecendo o processo de acumulação de capital na indústria. Com essa evasão de excedente, os agricultores vêem diminuídas suas possibilidades de acumulação capitalista.

É certo que o tomate não pode ser plantado por duas vezes consecutivas na mesma área. Esse fato, porém, está intimamente relacionado com o desenvolvimento tecnológico existente para a cultura. O desenvolvimento de variedades resistentes às doenças, aliado a um controle mais eficaz das mesmas poderiam eliminar esse inconveniente da cultura do tomate. Mas, esse é o ponto. Esse desenvolvimento tecnológico necessariamente deve ser acompanhado por uma capitalização mais intensa da agricultura, de uma agricultura efetuada em moldes mais capitalistas. Ora, isso altera as condições do relacionamento entre o capital industrial e os agricultores, já que esses últimos se fortalecem, prejudicando as possibilidades de acumulação de capital no polo industrial. Parece ser preferível, portanto, manter a agricultura relativamente atrasada, porque assim as possibilidades de acumulação são maiores.

Há um exemplo que ilustra muito bem essa discussão. Trata-se das sementes utilizadas no plantio do tomate, cuja distribuição é feita pelas indústrias. Durante o processamento do tomate, as sementes, resíduo normal da industrialização, são separadas e secadas convenientemente. Percebe-se que não há qualquer preocupação com o selecionamento das sementes por parte das indústrias. Esse selecionamento poderia ser feito de várias maneiras. O mais lógico, à primeira vista, seria a indústria retirar as sementes de culturas por ela mesma conduzida, uma cultura que tivesse certa homogeneidade quanto às plantas, além de outras características agronômicas que levassem à produção de se-

mentes selecionadas. Mas não há qualquer interesse em se fazer uma plantação desse tipo. Outro meio de melhorar a qualidade das sementes seria o selecionamento de determinadas culturas, ou parte delas, ou ainda de certos lotes de tomate a ser processado, de onde se extrairiam as sementes, certamente de melhor qualidade. Mas tal não é feito. O resultado é a distribuição de uma semente altamente heterogênea e de péssima qualidade, que ocasiona grande diminuição na produtividade da cultura, variando conforme o ano, pois às vezes as sementes são razoáveis, já no ano seguinte são péssimas. E não há nenhum controle por parte dos órgãos governamentais a esse respeito.

Sob essas condições de desenvolvimento tecnológico, o tomate é uma planta "migrante" por excelência. Na medida em que vão se esgotando os solos virgens onde seu plantio é efetuado, a cultura caminha à procura de novos lugares onde haja terras disponíveis. Nesse caminhar, as fábricas lhes seguem os passos, deslocando-se também. Fato é que, no decorrer de 1974, a "PAOLETTI" inaugura uma gigantesca unidade industrial em Araçatuba, ao mesmo tempo que a "CICA" instala-se em Presidente Prudente, incentivando sobremaneira o plantio de tomate nessas regiões. Segundo o IEA (1975), as DIRAs de Araçatuba, Rio Preto e Presidente Prudente mostraram uma enorme expansão da área cultivada com tomate, que passou de 3.000 ha em 1973 para 11.000 ha em 1974 e 16.000 ha em 1975.

A agroindústria do tomate entra em 1974 em sua nova fase. Esgotadas em parte as possibilidades de acumulação que por

vários anos encontrou em Taquaritinga, o capital industrial desloca-se para mais além, onde, provavelmente, sob muitos aspectos o desenvolvimento da agroindústria tomará feições semelhantes. Há, entretanto, diferenças significativas.

O tomate é, nessas regiões, produzido em sua maior parte por arrendatários, algumas vezes, com área superior a 200 ha de cultura, totalmente irrigados e utilizando variedades específicas para industrialização. Esses arrendatários, verdadeiros capitalistas agrícolas, ocupam a área por dois anos e depois deslocam-se, deixando-a formada quase sempre com pastagens. A indústria aprimora-se, fazendo o transporte da mercadoria em caminhões com "piscinas", substituindo o antigo transporte em caixas de madeira.

A agroindústria do tomate nesses novos locais merece por si só um novo estudo que ultrapassa os limites deste trabalho. Nesse novo estudo, a região de Taquaritinga pertencerá ao passado da agroindústria, assim como esse papel coube a Monte Alto com relação a Taquaritinga. Mas apesar dessas diferenças, os conflitos entre produtores e indústrias têm sido bastante semelhantes aos estudados. Não cessa a oposição entre os dois setores e, como sempre, a indústria parece estar levando vantagens nesse conflito de interesses.

Num documento que os produtores de tomate dessas regiões enviaram à Secretaria da Agricultura em 1975 denunciando a "dramática situação" em que se encontravam, devido a problemas relacionados com os contratos firmados com a "PAOLETTI", percebe-

be-se claramente que a contradição agricultura-indústria permanece. Mudou apenas a região onde ela se manifesta.

A conclusão geral a que se chega é de que a agricultura, por ser um suporte da acumulação global do sistema econômico, deixa de ter uma dinâmica própria, encontrando-se, direta ou indiretamente, subordinada pelos interesses do capital industrial. Como afirma GUIMARÃES (1976), "Premidas entre duas forças, de um lado pelos que a induzem a consumir insumos em quantidades e variedades cada vez maiores, por preços cada vez mais altos, e, de outro lado, pelos que a obrigam a ceder seus produtos a preços mais baixos nem sempre suficientemente compensadores, a agricultura (...) tende a perder completamente sua capacidade de decisão, (...) à medida que aumenta sua dependência dentro do complexo agroindustrial. Por conseguinte, o progresso tecnológico, que com a industrialização se transmite à agricultura, não está proporcionando a esta atividade os benefícios que dele seriam de esperar".

Ora, a partir dessa perspectiva, torna-se necessário repensar seriamente as políticas destinadas ao setor agrícola. É necessário ter em mente que qualquer modificação proposta à agricultura tem poucas condições de se viabilizar se não estiver em concordância com as determinações gerais do sistema econômico. Essas determinações refletem, em última instância, as necessidades de domínio econômico, político e social de uma determinada classe social que detém as rédeas do conjunto da sociedade.

Conforme BARAN (1972:246), "... o destino da agricultura em um regime capitalista nunca é traçado na agricultura. Os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem fora da agricultura, especialmente a acumulação de capital e a evolução da classe capitalista (...) passam a constituir, com a consolidação do sistema, os elementos propulsores do desenvolvimento histórico".

8 - SUMMARY

This study focused on relations between Brasil's agricultural and industrial sectors. More specifically an analysis was done of relationships between tomato processing industries and tomato producers, in Taquaritinga county, State of São Paulo.

Initially, the development of capitalist relations of production in agriculture within a peripheric nation-state such as Brazil was discussed. Considering that our objective is to study how a part of the economic surplus which come from agricultural production is transferred to the non-agricultural sector of the economy, chiefly to the agricultural dependent industries, we have also treated theoretically the economic surplus and the forms in which it is transferred to the industrial sector.

Theoretical support for our position is derived from marxist theory in that it considers surplus to be non-paid labor or surplus labor whose appropriation assumes the form of surplus value in a capitalist society.

We did an historical survey of the agricultural economy of Taquaritinga and the development of its tomato agro-industry. This was followed by a more detailed analysis of existing links between rural producers and processing factories. The latter verified that linkages reflect a relationship of domination-subordination between them.

We perceived that at least part of the agricultural surplus is transferred to the industrial pole when analyses are conducted at the level of market relations. Since the industrial pole is an oligopsony and since agricultural production is pulverized, industries are able to impose their will on agriculture. The possibilities of extracting a surplus from producers is limited to the extent that if too much is extracted farmers will quit producing, and the industry would be limited in its ability to furnish agricultural produce to the market.

A general conclusion reached by the study is that agriculture does not possess internal dynamics since it is merely a support factor for global accumulation of capital within the economic system. To a certain point it is manipulated in accord with needs for reproducing capital for the industrial economic sector.

9 - BIBLIOGRAFIA CITADA

AMIN, S., 1977. O Capitalismo e a Renda Fundiária. In: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 199 p.

BARAN, P. A., 1972. Economia Política do Desenvolvimento. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 399 p.

BARAN, P. A. e SWEEZY, P., 1974. Capitalismo Monopolista. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 383 p.

BRANT, V. C., 1975. Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais na América Latina (Notas Teóricas). In: Estudos Cebap 14. pp 101-118. Ed. Brasiliense, São Paulo.

D'INCAO e MELO, M. C., 1975. O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 154 p.

- DUARTE, J. C. e QUEDA, O., 1974. Agricultura e Acumulação: Algumas Questões in Revista Debate e Crítica nº 2, pp. 90-97. Ed. Hucitec. São Paulo
- HOFFMANN, R., 1976. Medidas de Concentração de uma Distribuição e a Desigualdade Econômica em uma Sociedade. Série Estudos nº 20 DCSA/ESALQ/USP.
- HOFFMANN, R. e GRAZIANO DA SILVA, J. F., 1975. A Estrutura Agrária Brasileira. Série Pesquisa nº 31. DCSA/ESALQ/USP.
- FURTADO, C., 1974. Formação Econômica do Brasil. Cia. Editora Nacional. São Paulo. 248 p.
- GARCIA, R. C., 1976_a. Contribuição para o Estudo do Trabalho Assalariado na Agricultura. Mimeo.
- GARCIA, R. C., 1976_b. Formação da Propriedade Especificamente Capitalista da Terra. Mimeo.
- GEBARA, J. J., 1976. A Estrutura Agrária no Município de Ser^{ta}ozinho. Evolução, Caracterização e Efeitos. Dissertação de Mestrado Apresentada a FGV para obtenção do título de Mestre. Mimeo.
- GOLDMANN, L., 1967. Ciências Humanas e Filosofia. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 117 p.
- GUIMARÃES, A. P., 1976. O Complexo Agroindustrial no Brasil. in Jornal Opinião. 5/nov./76.
- IANNI, O., 1976. A Classe Operária Vai ao Campo. Cadernos CEBRAP nº 24. Ed. Brasiliense. São Paulo. 64 p.

- IEA. Instituto de Economia Agrícola, 1975. Prognóstico 75/76.
- IEA. Instituto de Economia Agrícola, 1976. Levantamento Subjetivo de Safras. Não publicado.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
- JUNQUEIRA, A. A. B. *et alii*, 1972. Aspectos Sócio-Econômicos da Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto. Série Estudos nº 1. DECOR/FCAV. Jaboticabal, São Paulo.
- KAPLAN, A., 1969. A Conduta na Pesquisa. Metodologia para as Ciências do Comportamento. Ed. Herder. EDUSP. São Paulo. 440 p.
- KAUSTSKY, K., 1968. A Questão Agrária. Ed. Laemmert. Rio de Janeiro. 328 p.
- KOSIC, K., 1976. Dialética do Concreto. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 230 p..
- LOUREIRO, M. R. G., 1977. Parceria e Capitalismo. Ed. Zahar. São Paulo. 135 p.
- MARTINS, J. S., 1973. Imigração e Crise do Brasil Agrário. Ed. Pioneira. São Paulo. 222 p.
- MARTINS, J. S., 1975. Capitalismo e Tradicionalismo. Ed. Pioneira. São Paulo. 161 p.
- MARX, K., 1975_a. O Capital. Livro I. O Processo de Produção do Capital. Ed. Civilização Brasileira. São Paulo. 933 p.

- MARX, K., 1975_b. O Capital. Livro II. O Processo de Circulação do Capital. Ed. Civilização Brasileira. São Paulo. 577 p.
- OLIVEIRA, F. de, 1974. Crítica a Razão Dualista in Seleções CEBRAP, nº 1. pp. 5-78. Ed. Brasiliense. São Paulo.
- PRADO Jr., C., 1969. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. in A Agricultura Subdesenvolvida. Ed. Vozes. Rio de Janeiro.
- PRADO Jr., C., 1972_a. Evolução Política do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 250 p.
- PRADO Jr., C., 1972_b. A Revolução Brasileira. Ed. Brasiliense. São Paulo. 220 p.
- PRADO Jr., C., 1973. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo. 354 p.
- QUEDA, O., 1972. A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira. Tese de Doutorado apresentada a ESALQ/USP. Mimeo.
- SILVA, S., 1976_a. Agricultura e Capitalismo no Brasil. in Revista Contexto nº 1. pp. 23-32. Ed. Hucitec. São Paulo.
- SILVA, S., 1976_b. Expansão Cafeteira e Origens da Industrialização no Brasil. Ed. Alfa-Omega. São Paulo. 120 p.
- SIMONSEN, R. C., 1973. Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos. Cia Ed. Nacional. São Paulo. 479 p.

- SINGER, P., 1973. Desenvolvimento e Repartição de Renda no Brasil. in Revista Debate e Crítica nº 1. pp. 67-94. Ed. Hucitec. São Paulo.
- SINGER, P., 1974. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Ed. Nacional. São Paulo. 378 p.
- SWEEZY, P., 1973. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 413 p.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V., 1975. A Vivência Camponesa da Insuficiência Econômico-Social in Debate e Crítica nº 6. pp. 171-176. Ed. Hucitec. São Paulo.
- ZAMBONI, S. P., 1976. Aspectos Históricos-Descritivos do Distrito de Ibitirama - Monte Alto, SP. Série Pesquisa nº 5, DECOR/FCAV. Jaboticabal. São Paulo.